

Odebrecht Transport S.A.
 NIRE 3530038154-8 - CNPJ/MF 12.251.483/0001-86
 Companhia Fechada
Errata da Certidão da Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 20 de outubro de 2016 às 17:30 na sede da Companhia
 Por equívoco na digitação da certidão da ata de Reunião do Conselho de Administração da Odebrecht Transport S.A., ocorrida em 20 de outubro de 2016 às 17:30 horas, registrada perante a JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo em 03 de novembro de 2016, sob o nº 470.606/16-2, nos itens "PRESENÇA" e "Conselheiros", a redação mencionou a presença da unanimidade dos membros do Conselho de Administração, quando na realidade, estavam presentes os Srs. Newton Sergio de Souza, Daniel Bezerra Villar, André Amaro da Silveira, Marcela Aparecida Drehmer Andrade, Jorge Henrique Simões Barata, Édilo Ricardo Valadares, Flavio Eduardo Arakaki, Carlos Antonio Vieira Fernandes e João Cox Neto, conforme original da ata da referida Reunião do Conselho de Administração transcrita em livro próprio. Assim sendo, serve a presente para retificar a redação da certidão da Ata em referência para que dela passe a constar os seguintes textos: **"Presença:** *Presentes os seguintes membros do Conselho de Administração da Companhia: Newton Sergio de Souza, Daniel Bezerra Villar, André Amaro da Silveira, Marcela Aparecida Drehmer Andrade, Jorge Henrique Simões Barata, Édilo Ricardo Valadares, Flavio Eduardo Arakaki, Carlos Antonio Vieira Fernandes e João Cox Neto.*" e **"Conselheiros:** *Newton Sergio de Souza, Daniel Bezerra Villar, André Amaro da Silveira, Marcela Aparecida Drehmer Andrade, Jorge Henrique Simões Barata, Édilo Ricardo Valadares, Flavio Eduardo Arakaki, Carlos Antonio Vieira Fernandes e João Cox Neto.*". Ficam confirmadas e ratificadas todas as demais deliberações constantes da certidão da Ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 20 de outubro de 2016. São Paulo, 08 de novembro de 2016. Mariana Deperon Grimaldi de Oliveira, Secretária. ■ Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 537.644/16-7, em 15/12/2016. *Flávia R. Britto Gonçalves, Secretária-Geral.*

Maia Participações Ltda.
 CNPJ: 19.218.318/0001-71 - NIRE: 35.228.032.287
Ata de Assembléia de Reunião entre Sócios de Sociedade Limitada Data/Hora e Local - Aos 06 de outubro de 2014, às 10 horas, na sede da sociedade, na Alameda Porto Seguro, nº 766 - CEP: 14.708-256 - Bebedouro - SP. **Convocação e Presença** - Dispensada a publicação de editais de convocação, na forma do disposto no artigo 1.072, § 2º da Lei 10.406/2002, por estar o sócio titular presente, conforme assinatura ao final do presente instrumento. **Composição da Mesa - Presidente: Esdras dos Santos Maia**, brasileiro, natural de São Paulo - SP, nascido em 19/08/1954, empresário, separado judicialmente, portador da Cédula de Identidade RG nº 7.496.589-X SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 653.111.918-72, residente e domiciliado na Alameda Belmonte, 177, Jardim Parati, CEP 14.708-214 na cidade de Bebedouro, estado de São Paulo; **Secretário: Marcel Brandão Maia**, brasileiro, natural de São Paulo - SP, nascido em 03/02/1983, empresário, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, portador da Cédula de Identidade RG nº 34.754.712-6 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 312.689.958-78, residente e domiciliado na Alameda Mucini nº 25, Jardim Parati, CEP 14.706-212 na cidade de Bebedouro, estado de São Paulo. **Ordem do Dia** - Nos termos da cláusula 6ª e 15ª do contrato social, resolvem os presentes deliberar sobre a redução do capital social no valor de R\$ 37.443,00 (trinta e sete mil e quatrocentos e quarenta e três reais), nos termos do artigo 1.082, inciso II do Código Civil, considerando que o valor atribuído ao capital social atribuído ao capital social se tomou excessivo em relação ao objeto da sociedade. Desta forma declaram ainda os sócios, conforme disposto no artigo 1.084 do Código Civil que a redução do capital social será feita restituindo-se parte do valor das quotas dos sócios. **Deliberação Tomada por Unanimidade e Sem Qualquer Restrição** - Após exame e discussão da matéria, os sócios, por unanimidade e em reservas ou quaisquer restrições, aprovam a redução do capital social conforme declinado. **Encerramento e Aprovação da Ata**. Terminados os trabalhos, inexistindo qualquer outra manifestação, lavrou-se à presente ata que, lida, foi aprovada e assinada por todos os sócios presentes.

Esdras dos Santos Maia Participações Eireli
 CNPJ: 19.218.302/0001-69 - NIRE: 35.600.458.627
Ata de Redução de Capital Social entre Sócios da Sociedade Limitada
Data/Hora e Local - Aos 23 de março de 2015, às 10 horas, na sede da sociedade, na Alameda Belmonte, nº 177 - CEP: 14.708-214 - Bebedouro - SP. **Convocação e Presença** - Dispensada a publicação de editais de convocação, na forma do disposto no artigo 1.072, § 2º da Lei 10.406/2002, por estar o sócio titular presente, conforme assinatura ao final do presente instrumento. **Composição da Mesa - Presidente: Esdras dos Santos Maia**, brasileiro, natural de São Paulo - SP, nascido em 19/08/1954, empresário, separado judicialmente, portador da Cédula de Identidade RG nº 7.496.589-X SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 653.111.918-72, residente e domiciliado na Alameda Belmonte, 177, Jd. Parati, CEP 14.708-214 na cidade de Bebedouro, estado de São Paulo; **Secretário: Luis Alexandre Oliveira Castelo**, brasileiro, natural de São Paulo - SP, nascido em 14/02/1977, advogado, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, portador da Cédula de Identidade RG nº 24.890.361-5 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 182.442.918-50 e inscrito no OAB/SP sob nº 299.931, residente e domiciliado na Rua Simone Martine nº 285, Casa 77, Jd. Santa Maria, CEP 03573-170 na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. **Ordem do Dia** - Consoante à cláusula 3ª do contrato social, o titular resolve reduzir o capital social no valor de R\$15.000,00 (quinze mil reais), nos termos do artigo 1082, inciso II do Código Civil, considerando que o valor atribuído ao capital social se tornou excessivo em relação ao objeto da sociedade. **Deliberação Tomada pelo Titular** - Após exame e discussão da matéria, o titular, sem reservas ou quaisquer restrições, aprovou a redução do capital social conforme declinado. **Encerramento e Aprovação da Ata**. Terminados os trabalhos, inexistindo qualquer outra manifestação, lavrou-se à presente ata que, lida, foi aprovada e assinada pelo titular.

CCR ViaOeste
Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A.
 CNPJ/MF nº 02.415.408/0001-50

Relatório da Administração			
Em R\$ mil	2016	2015	Variação %
Demais custos	390.710	363.989	7,34%
EBIT (b)	517.174	540.716	-4,35%
Margem EBIT (b)	53,55%	55,10%	-1,6 p.p.
Margem EBIT ajustada (c)	56,96%	59,77%	-2,8 p.p.
(+) Depreciação/amortização	126.545	113.575	11,42%
EBITDA (b)	643.719	654.291	-1,62%
Margem EBITDA	66,65%	66,68%	0,0 p.p.
(+) Provisão de manutenção (d)	37.147	15.163	144,98%
(+) Despesas antecipadas ao resultado (e)	3.297	3.297	0,00%
EBITDA ajustado	684.163	672.751	1,70%
Margem EBITDA ajustada (f)	75,36%	74,36%	1,0 p.p.
(-) Resultado financeiro líquido	109.728	97.355	12,71%
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	135.821	143.909	-5,62%
Lucro líquido	271.625	299.452	-9,29%
Dívida bruta	877.901	749.576	17,12%
Investimentos	69.274	88.098	-21,37%
Veículos equivalentes	120.456	126.975	-5,13%
(a) Custos totais: custos dos serviços prestados + custos de construção + despesas gerais e administrativas e outras receitas e despesas operacionais. (b) Calculados de acordo com a Instrução CVM nº 527/12. (c) A margem EBIT ajustada foi calculada por meio da divisão do EBIT pelas Receitas Líquidas sem consideração a receita de construção, uma vez que igual valor, líquido de impostos, afeta os custos totais. (d) A provisão de manutenção refere-se à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras. Para maiores detalhes vide notas explicativas 2 - Principais práticas contábeis (item "I") e 16 - Provisão de manutenção. (e) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras. (f) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais. 3.2.2. Receita operacional consolidada: A receita bruta de pedágio em 2016 totalizou R\$ 978.796 mil (+ 0,2% sobre 2015) e representou 98,53% do total da receita (sem receita de construção). O incremento das receitas de pedágio é consequência da correção da tarifa média, que apresentou crescimento de 8,4%, já que o tráfego, medido em termos de veículos equivalentes, teve decréscimo de 5,1% em relação a 2015. 3.2.3. Custos e despesas: Os custos e despesas apresentaram um aumento de 1,82% em relação a 2015, perfazendo R\$ 448.602 mil no ano de 2016. Os principais motivos dessa variação estão indicados abaixo: • Os custos de construção atingiram R\$ 57.892 mil. A diminuição de 24,41% em relação a 2015 é reflexo do cronograma de investimento acordado com o Poder Concedente. • A provisão de manutenção atingiu R\$ 37.147 mil e apresentou aumento de 144,98% em 2016, em relação ao ano de 2015. Durante o exercício de 2016, foram realizadas revisões das estimativas dos custos da provisão de manutenção envolvendo, entre outros, a análise da periodicidade das obras de manutenção e sua conexão com os contratos de concessão, a estimativa dos custos a serem provisionados e a correspondente apuração do valor presente. • As despesas de depreciação e amortização somaram R\$ 126.545 mil no ano de 2016. O crescimento de 11,42% decorre dos investimentos adicionais que entraram em operação, descrito na seção de investimentos. • O custo da outorga (que inclui a apropriação de despesas antecipadas) atingiu R\$ 58.855 mil. A variação positiva de 3% deve-se ao aumento da receita bruta. • O custo de serviços totalizou R\$ 80.698 mil, no ano de 2016. Neste grupo temos os itens de prestadores de serviços, assim como os custos diretos relacionados à conservação especial da rodovia, tais como: estabilização de terraplenos, conservação de obras de arte especiais (pontes, viadutos e túneis), obras de arte correntes (drenagem), entre outros. • O custo e despesa com pessoal atingiu R\$ 53.355 mil no ano de 2016, registrando diminuição 3,14%. Essa diminuição é reflexo da reestruturação de pessoal ocorrida no final de 2015. • Os outros custos e despesas (serviços públicos, alugueis, marketing, viagens e outros) atingiram R\$ 34.110 mil no ano de 2016. 3.2.4. Resultado financeiro: No ano de 2016, o resultado financeiro líquido negativo foi de R\$ 109.728 mil, comparado a um resultado negativo de R\$ 97.355 mil em 2015. Houve aumento no valor negativo das receitas financeiras explicado, principalmente, pelas operações de Hedge/Swap, Variações Cambiais e juros e variações monetárias, decorrentes do financiamento, ocorrido em outubro de 2015 e janeiro de 2016, via Lei 4131. 3.2.5. Lucro líquido: Em 2016, o lucro líquido atingiu R\$ 271.625 mil, apresentando uma diminuição de 9,29% em relação a 2015. A diminuição decorreu, principalmente, devido ao menor desempenho de receita e aumento de custos. 3.2.6. Dívida: Em 2016, a dívida bruta consolidada alcançou R\$ 877.901 mil em comparação a R\$ 749.576 mil em 2015. 3.2.7. Investimentos: No acumulado do ano de 2016, os investimentos somaram R\$ 69.274 mil. Os investimentos, principalmente aqueles em obras de grande porte, têm contribuído significativamente para melhoria da qualidade de vida e segurança da população lideira e dos usuários em geral. Dentre os principais investimentos realizados em 2015, destacam-se: Rodovia Raposo Tavares (SP 270) - Duplicação do km 63 ao km 67, visando o aumento de capacidade do tráfego e a melhoria da fluidez, Prolongamento do Contorno de São Roque que visa segregar o tráfego urbano do tráfego rodoviário de longa distância e complemento do dispositivo km 66+300 visando aumento de capacidade do tráfego e melhores condições de retorno. 4. Sustentabilidade: O Grupo CCR é comprometido com a prestação de contas direcionadas aos investidores e aos demais públicos, o que possibilita o acompanhamento da sua administração. A companhia adota princípios			
como a transparência e a equidade, condutas aplicadas desde a sua estruturação em 1998, seguindo boas práticas de governança, que asseguram a geração de valor para toda a sociedade. A administração do Grupo CCR é realizada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria. Dentre os comitês de gestão que integram o Conselho, o Comitê de Estratégia e Sustentabilidade tem a responsabilidade de garantir a inclusão de aspectos socioambientais na gestão de riscos e na estratégia de crescimento da companhia. Para consolidar a sustentabilidade como diferencial da proteção e da criação de valor, parte integrante de seu planejamento estratégico, em 2016 o Grupo realizou vários avanços, como a revisão de sua matriz de materialidade. O objetivo é a companhia se manter atualizada em relação às mudanças estruturais do negócio e do setor, bem como estar atenta aos anseios dos seus stakeholders. A base da estratégia do Grupo CCR está na diversificação, na consolidação dos negócios conquistados e na construção das melhorias necessárias para aprimorar o atendimento e aumentar a satisfação dos usuários, voltada sempre para o cumprimento das obrigações assumidas e a melhoria contínua dos processos em busca do aumento da eficiência e da redução dos custos. A responsabilidade corporativa do Grupo CCR está expressa nas suas práticas de governança corporativa e nas políticas internas adotadas, que sistematizam suas ações. Também participa, voluntariamente de diversas iniciativas e compromissos, como Pacto Global e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), Carbon Disclosure Project (CDP), Empresas pelo Clima (EPC), Índice de Carbono Eficiente da BM&FBovespa (IC02), Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa, além da parceria com a Childhood, contra o abuso e exploração sexual infantil. Em 2016, além das três campanhas realizadas pelo Grupo, onde foram distribuídos mais de 300 mil folhetos para conscientização dos usuários sobre o canal de denúncia, "disque 100", o Grupo avançou na capacitação de pontos focais e multiplicadores internos da causa. Pelo quarto ano, o Grupo CCR publica seu Relatório Anual e de Sustentabilidade, baseado nas diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI) e do International Integrated Reporting Council (IIRC), que visa comunicar de forma concisa a estratégia, a governança, a performance e as perspectivas de uma organização, considerando o contexto externo, a avaliação de riscos e a criação de valor no curto, médio e longo prazos. O Grupo CCR trabalha suas estratégias de negócio por meio de um processo de gestão integrada, buscando gerar valor nos seguintes aspectos: • Capital financeiro; • Capital social e de desenvolvimento; • Capital humano; • Capital manufaturado; • Capital natural; • Capital intelectual; 4.1. Desempenho social: 4.1.1. Capital social e de relacionamento - stakeholders: A CCR ViaOeste desenvolve e apoia diversos projetos junto a seus públicos de relacionamento. Em 2016, a Companhia apoiou 13 ações culturais, sociais ou esportivas que beneficiaram mais de 97 mil pessoas em 16 municípios lideiros ao Sistema Castello-Raposo. Como exemplo de projetos realizados, temos: Programa estrada para a cidadania e Programa estrada para a saúde. 4.1.2. Capital humano e intelectual: A Companhia trabalha ativamente no desenvolvimento de seus colaboradores. Em 2016, ocorreram diversos treinamentos destacando-se: SuperInteração/Gestão Participativa (disseminação aos colaboradores do Atendimento sobre as metas pactuadas para o ano e resultados alcançados no ano anterior), Reciclagem de rotinas administrativas para líderes e setores administrativos, Programa Aprimorando - Liderança Educadora e Programa de Integridade e Conformidade. 4.2. Desempenho ambiental: 4.2.1. Capital natural: A CCR ViaOeste possui um programa estruturado com metas, recursos e responsáveis definidos para a gestão de recursos ambientais. Este programa foca a melhoria contínua, baseada em abordagens preventivas de gestão ambiental, visando o uso ou consumo sustentável de recursos naturais renováveis. No ano de 2016 mantivemos as certificações conquistadas ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001. 4.2.2. Capital manufaturado: A geração de capital manufaturado se dá por meio de melhorias na infraestrutura da Companhia, aumentando a funcionalidade e eficiência de edificações, pavimentos e equipamentos. Destacamos o Equipamento de Cepilhamento, uma espécie de lixamento do pavimento, capaz de reduzir os níveis de irregularidades no pavimento de concreto, deixando as faixas de rolamento com maior conforto e segurança ao usuário, sem necessidade de demolição de placas para tal correção. 4.3 Prêmios e Reconhecimentos: • Prêmio ARTESP - Categoria Inovação - menção honrosa a CCR ViaOeste • Prêmio ARTESP - Categoria Escolha do Usuário - segundo lugar a CCR ViaOeste (pesquisa com usuário); • Prêmio Maiores & Melhores do Transporte 2016; • Prêmio Ouvidorias 2016. 5. Considerações finais: 5.1. Agradecimentos: Gostaríamos de expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e a todos os colaboradores da CCR ViaOeste. 5.2. Auditores independentes: Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº 381/03, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, não foram contratados Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. No relacionamento com Auditor Independente, buscou-se avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses. As demonstrações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes. 5.3. Cláusula Compromissória: O Grupo CCR está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante em seu estatuto social. Barueri, 16 de fevereiro de 2017. A Administração.			
<i>continua</i>			

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO OESTE DE SÃO PAULO - VIAOESTE S.A. (Companhia Aberta)								
Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de Reais)								
Ativo	Nota	2016	2015	Passivo	Nota	2016	2015	
Circulante				Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	6	118.893	59.161	Contas a pagar - operações com derivativos	20	46.301	24.543	
Contas a receber	7	56.907	5.416	Debêntures	14	186.829	305.295	
Contas a receber - partes relacionadas	10	1.479	56.546	Dividendos e juros sobre capital próprio	17f	-	10.125	
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	3.297	3.297	Empréstimos e arrendamento mercantil	13	104.806	3.838	
Impostos a recuperar		2.413	2.366	Fornecedores		16.987	23.197	
Despesas antecipadas		3.174	2.419	Fornecedores - partes relacionadas	10	2.847	2.188	
Adiantamentos a fornecedores		21	422	Imposto de renda e contribuição social		46.684	50.160	
Outros créditos		262	372	Impostos e contribuições a recolher		9.200	10.757	
Total do ativo circulante		186.446	129.999	Obrigações com o poder concedente	21b	1.329	1.281	
				Obrigações sociais e trabalhistas		9.122	9.326	
				Mútuos - partes relacionadas	10	926	972	
				Provisão de manutenção	16	56.212	9.089	
				Outras contas a pagar		6.066	6.418	
				Total do passivo circulante		487.309	457.189	
Não circulante				Não circulante				
Realizável a longo prazo				Realizável a longo prazo				
Conta reserva		-	122	Adiantamento para futuro aumento de capital	10	1.724	1.724	
Contas a receber - operações com derivativos	20	32.658	26.163	Debêntures	14	438.174	329.095	
Contas a receber - partes relacionadas	10	1.399	1.135	Empréstimos e arrendamento mercantil	13	148.092	111.348	
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	184.498	162.351	Impostos diferidos	8b	37.667	47.490	
Depósitos judiciais		1.437	1.042	Outras contas a pagar		74	392	
Outros créditos		50	61	Provisão de manutenção	16	7.230	35.073	
		220.042	190.874	Mútuos - partes relacionadas	10	39.622	39.622	
				Contas a pagar com operações com derivativos	20	23.256	-	
				Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	15	7.090	2.233	
				Total do passivo não circulante		702.929	566.977	
				Patrimônio líquido				
				Capital social	17a	139.763	139.763	
				Reservas de capital	17d	2.677	2.677	
				Reservas de lucros	17c	93.908	224.191	
				Total do patrimônio líquido		236.348	366.631	
				Total do passivo e patrimônio líquido		1.426.586	1.390.797	
Total do ativo		1.426.586	1.390.797					
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.								
Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de Reais)								
		Reserva de Capital		Reserva de Lucros				
		Capital	Ágio na Incorporação	Retenção Legal de lucros	Dividendos adicionais	Lucros acumulados	Total	
		Nota	Fiscais	Legal de lucros	propostos	acumulados	Total	
Saldos em 1º de janeiro de 2015		139.763	2.642	35 27.953	60.697	-	231.090	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	299.452	
Distribuição de dividendos em 27 de abril de 2015		-	-	-	(44.000)	-	(44.000)	
Destinações:								
Dividendos Intermediários em 27 de outubro de 2015		-	-	-	(16.697)	-	(91.303)	
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	(11.911)	(11.911)	
Dividendo adicional proposto		-	-	-	-	127.681	(127.681)	
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	68.557	-	(68.557)	
Saldos em 31 de dezembro de 2015		139.763	2.642	35 27.953	68.557	127.681	366.631	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	271.625	
Distribuições de dividendos em 28 de janeiro de 2016	17e	-	-	-	-	(127.681)	(127.681)	
Distribuições de dividendos em 27 de abril de 2016	17e	-	-	-	-	-	(68.557)	
Destinações:								
Distribuição de dividendos em 20 de dezembro de 2016	17e	-	-	-	-	-	(205.670)	
Reserva de retenção de lucros	17c	-	-	-	-	-	(65.955)	
Saldos em 31 de dezembro de 2016		139.763	2.642	35 27.953	65.955	-	236.348	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.								
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de Reais)								
Fluxo de caixa das atividades operacionais		2016	2015	Fluxo de caixa das atividades operacionais			2016	2015
Lucro líquido do exercício		271.625	299.452	Impostos e contribuições a recolher e provisões para imposto de renda e contribuição social		163.248	147.204	
Ajustes por:				Pagamentos com imposto de renda e contribuição social		(168.281)	(148.776)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(9.823)	(4.956)	Obrigações com o poder concedente		48	(2.211)	
Apropriação de despesas antecipadas relacionadas a concessão		3.297	3.297	Realização da provisão de manutenção		(23.677)	(5.195)	
Depreciação e amortização		110.424	98.436	Outras contas a pagar		(670)	348	
Amortização do direito de concessão		16.121	15.139	Pagamentos de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários		(1.538)	(3.042)	
Baixa do ativo imobilizado e intangível		200	589	Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		496.977	494.185	
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos		(51.981)	(999)	Fluxo de caixa das atividades de investimentos		10.630	(14.478)	
Juros e variação monetária sobre empréstimos e debêntures		78.992	112.430	Aquisição de ativo imobilizado		(57.152)	(67.227)	
Juros sobre mútuos		5.645	5.337	Adições ao ativo intangível		(67.782)	(81.705)	
Capitalização de custo de empréstimos e debêntures		(9.137)	(11.296)	Fluxo de caixa das atividades de financiamento		(412.033)	(162.601)	
Juros sobre impostos parcelados		(65)	2	Dividendos pagos		122	(7)	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		5.810	3.649	Resgates / aplicações (conta reserva)		(42.315)	(8.283)	
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção				Liquidação de operações com derivativos		(5.691)	(5.235)	
Constituição e Reversão da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários		6.395	1.147	Pagamentos		450.470	116.475	
Resultado de operações com derivativos		91.694	(1.164)	Captações		(292.590)	(284.907)	
Constituição da provisão de manutenção		37.147	15.163	Pagamentos de principal		(67.426)	(101.840)	
		284.719	236.774	Pagamentos de juros				
Varições nos ativos e passivos (Aumento) redução dos ativos				Caixa líquido usado nas atividades de investimento		(369.463)	(446.398)	
Contas a receber		(51.426)	(2.738)	Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		59.732	(33.918)	
Contas a receber - partes relacionadas		54.803	(4.112)	No início do exercício		59.161	93.079	
Impostos a recuperar		(47)	4.237	No final do exercício		118.893	59.161	
Despesas antecipadas outorga fixa		(25.444)	(22.410)			59.732	(33.918)	
Despesas antecipadas e outras		(1.029)	(647)	Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		59.161	93.079	
Adiantamento a fornecedores		401	22	No início do exercício		118.893	59.161	
Aumento (redução) dos passivos				No final do exercício		59.732	(33.918)	
Fornecedores		(6.210)	(4.303)					
Fornecedores - partes relacionadas		659	31					
Obrigações sociais e trabalhistas		(204)	(449)					
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.								
Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)								
1. Contexto operacional: A Companhia é uma sociedade por ações de capital aberto domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada à Rodovia Presidente Castello Branco, Km 24 - Lado Par - Conjunto Norte, bairro Jardim Mutinga, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo. A Controladora final da Companhia é a CCR S.A. A Companhia tem como objeto exclusivo, sob o regime de concessão entre 31 de março de 1998 e 31 de dezembro de 2022, a exploração do Sistema Rodoviário Castello Branco/Raposo Tavares, incluindo as rodovias Presidente Castello Branco (SP 280), Raposo Tavares (SP 270), Senador José Ermírio de Moraes (SP 075) e Dr. Celso Charuri (SP 091), compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema e respectivos acessos, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto de acordo com o Edital de Concorrência nº 008/CIC/97 do Departamento de Estradas de Rodagem - DER de São Paulo. A Companhia assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão, denominados de ampliações principais: Marginais da Rodovia Presidente Castello Branco km 13,7 ao km 24,6: Construção de marginais na Rodovia Presidente Castello Branco entre os km 13,7 e km 24,6 (região de Alphaville), concluída no primeiro semestre de 2001. Duplicação da Rodovia Raposo Tavares km 34,0 ao km 115,5: A duplicação entre os trechos dos km 34,0 ao km 45,0 e dos km 89,0 ao km 115,5 já foram concluídas. A duplicação entre o km 45,0 e km 89,0 deverá ser concluída até 2022, conforme Contrato de Concessão nº 003/CR/1998, de 30 de março de 1998 e seus Termos Aditivos e Modificativos. Contornos de São Roque e Brigadeiro Tobias: O contorno de São Roque foi executado no período de setembro de 2006 a agosto de 2007, na Rodovia Raposo Tavares (SP 270). O contorno de São Roque possui uma extensão de 4,5 km, em pista simples, com duas faixas de rolamento e acostamentos, desviando o tráfego pesado do centro do município de São Roque para a rodovia. O contorno de Brigadeiro Tobias, foi concluído em julho de 2007, na Rodovia Raposo Tavares - SP 270, no distrito de Sorocaba. Da mesma forma que o contorno de São Roque, esta obra permitiu o desvio do tráfego rodoviário do centro urbano do distrito de Brigadeiro Tobias, interligando a Rodovia Raposo Tavares (SP 270) entre o km 87,0 e o km 89,6. Em 2016, a Companhia concluiu o prolongamento e duplicação do contorno de São Roque. O projeto visou aumentar a capacidade do contorno existente (o qual teve sua construção finalizada em 2007), que circunda o município de São Roque - SP, desviando o tráfego pesado da área urbana. Duplicação km 63+000 ao km 67+000 - São Roque - SP / Mairinque - SP: O projeto de duplicação do trecho entre os km 63+000 ao 67+000 na região de Mairinque - SP atravessa área conturbada entre os municípios de São Roque - SP e Mairinque - SP, melhorando a infraestrutura viária para movimentações de tráfego regional e local. A ampliação proposta contempla inserção/ampliação de áreas de acostamento, barreira central de separação das pistas e eliminação das travessias em nível e promoverá condições para a fluidez do tráfego, melhorias das condições de segurança e ampliação da capacidade de tráfego. Atualmente, no trecho é de pista simples com duas faixas de tráfego por sentido, sem barreiras físicas no eixo central, e com diversos cruzamentos em nível. A readequação da configuração da via é necessária para mitigar as interferências decorrentes da intensa urbanização lideira. O projeto tem data prevista para conclusão em março de 2017. A Companhia também atuou no sentido de viabilizar soluções de investimentos e serviços de infraestruturas no trecho concedido à Companhia, contribuindo para o desenvolvimento das regiões lideiras. Neste intuito, a Companhia seguiu com os seguintes projetos: Projeto Cebolão: O Projeto Cebolão consistiu na construção de um complexo viário, que se uniu ao antigo Cebolão, objetivando a redução do congestionamento na chegada à São Paulo, através da Rodovia Presidente Castello Branco. Este projeto também contemplou melhorias no trevo de acesso à Jandira, Itapevi e Aldeia da Serra. Dentro do escopo desse projeto, o Poder Concedente estendeu a área de atuação da Companhia e autorizou a extensão dos pedágios das praças de Barueri e Osasco para as pistas expressas da Rodovia Presidente Castello Branco. Marginais de Sorocaba - km 92,0 a km 106,0: Este investimento, com início em setembro de 2008, tem o intuito de atender aos níveis de serviço devido à alta demanda de tráfego rodoviário local, proporcionando mais conforto e fluidez aos usuários. A Companhia liberou para o tráfego de veículos a nova pista da marginal da Rodovia Raposo Tavares entre o km 95 e km 106, conforme abaixo: • 1ª Etapa: entre os km 99 e km 100 - conclusão em 06/2009; • 2ª Etapa: entre os km 95 e km 98 - conclusão em 12/2010; • 3ª Etapa: entre os km 98 e km 99, bem como, entre os km 100 e km 105 - conclusão em 03/2011; • 4ª Etapa: entre os km 105 e km 106 - conclusão em 01/2013. A última etapa da construção da marginal da Rodovia Raposo Tavares, entre o km 92 e km 95, foi concluída em dezembro de 2014. Bens reversíveis: Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema								

continua

continuação

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO OESTE DE SÃO PAULO - VIAOESTE S.A. (Companhia Aberta)

2. Principais práticas contábeis: As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. **a) Moeda estrangeira:** • Transações com moeda estrangeira: Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores. **b) Apuração do resultado:** Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. **c) Receitas de serviços:** As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização das rodovias pelos usuários. As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços. Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com o CPC 17 - Contratos de construção. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. **d) Instrumentos financeiros:** • Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece inicialmente os empréstimos e recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. • Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado. Um ativo ou passivo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no seu valor justo são reconhecidas no resultado do exercício. • Empréstimos e recebíveis: Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. • Passivos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização. • Instrumentos financeiros derivativos: São reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado do exercício. • Contabilidade de hedge (hedge accounting): A Companhia designa certos instrumentos de hedge relacionados a risco com moeda estrangeira e juros, como hedge de valor justo. No início da relação de hedge, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de hedge. Adicionalmente, no início do hedge e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de hedge usado em uma relação de hedge é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de hedge, atribuível ao risco sujeito a hedge. A nota explicativa nº 20 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de hedge. **Hedge de valor justo:** hedge de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado. Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de hedge atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do hedge é descontinuada prospectivamente quando a Companhia cancela a relação de hedge, o instrumento de hedge vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de hedge. O ajuste ao valor justo do item objeto de hedge, oriundo do risco de hedge, é registrado no resultado a partir dessa data. • Capital social - ações ordinárias e preferenciais: Ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis a emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de qualquer efeitos tributários. **e) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor. **f) Custo de transação na emissão de títulos de dívida:** Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação. **g) Ativo imobilizado:** • Reconhecimento e mensuração: O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessários para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos. • Depreciação: A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 11. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. **h) Ativos intangíveis:** A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: • Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados. São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com o tempo esperado. • Direito de concessão gerado na aquisição de negócios e ágios. Os direitos de concessão, gerados na aquisição total ou parcial das ações, refletem o custo de aquisição do direito de operar as concessões. Estes direitos estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizados ao longo do prazo da concessão, linearmente ou pela curva de benefício econômico. Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável. Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 12. • Direito de exploração de infraestrutura - vide item "r". **i) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment):** • Ativos financeiros: Um ativo

financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. • Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está impaired, um novo valor do ativo é determinado. A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que refletem os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do setor, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **j) Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **k) Provisão de manutenção - contratos de concessão:** As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários. A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio. Para fins de cálculo do valor presente, a taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento. **l) Receitas e despesas financeiras:** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre passivos financeiros. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. **m) Capitalização dos custos dos empréstimos:** Os custos de empréstimos são capitalizados durante a fase de construção. **n) Benefícios a empregados:** • Planos de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos. • Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. **o) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas de que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração. **p) Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação. **q) Direito da concessão:** Em consideração à orientação contida nos itens 12 (a) e 13 da OCPC 05 - Contratos de concessão, a Companhia adota a prática contábil de não ativar o preço da delegação do serviço público, não reconhecendo os valores futuros a pagar ao Poder Concedente (divulgado na nota explicativa nº 21) com base nos termos contratuais, sob o entendimento dos contratos de concessão destas investidas serem contratos executórios. A Administração da Companhia avalia que estes contratos de concessão podem ser encerrados sem custos relevantes que não sejam

indenizados. **r) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - (ICPC 01 R1):** A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado. Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização. **s) Demonstração de valor adicionado:** Foi elaborada demonstração do valor adicionado (DVA), nos termos do CPC 09 - Demonstração do valor adicionado, na qual é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras. **t) Novos pronunciamentos e interpretações:** Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2016 pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Em 2014, o IASB publicou em sua plenitude a IFRS 9, a qual substituiu em grande parte o IAS 39. A IFRS 9 estabelece requisitos para reconhecimento e mensuração de ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra e venda de itens não-financeiros, além de metodologia de redução ao valor recuperável e contabilidade de hedge, dentre outros.	(a)
IFRS 15 - Receita de contratos com clientes	A IFRS 15 substitui o IAS 11, o IAS 18, o IFRIC 13, o IFRIC 15, o IFRIC 18 e o SIC-31 e estabelece uma regra abrangente a ser utilizada pelas entidades para reconhecimento de receitas de contratos com clientes.	(a)
IFRS 16 - Arrendamentos	A IFRS 16 substitui o IAS 17, o IFRIC 4, o SIC-15 e o SIC-27 e dispõe sobre os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e estabelece, na visão do arrendatário, basicamente, um único modelo contábil, onde o arrendatário deve reconhecer o ativo e o passivo de todos os arrendamentos com prazos maiores de 12 meses a menos que o bem seja considerado de baixo valor. O arrendatário é requerido a registrar o direito de uso do ativo representando o direito de uso do bem e o passivo representando a obrigação de fazer os pagamentos do arrendamento. Quanto ao arrendador, os requerimentos do IAS 17 foram trazidos para a IFRS 16, podendo o arrendador classificar e contabilizar os arrendamentos como financeiros ou operacionais.	(b)

(a) Aplicação em períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2018;
(b) Aplicação em períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2019.
u) Novos pronunciamentos contábeis aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016: Ciclo Anual de Melhorias (2012 - 2014): Anualmente o IASB faz pequenas alterações em uma série de pronunciamentos, com objetivo de esclarecer as normas atuais. Nesse ciclo foram revisadas a IFRS 5 - Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas, a IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações, a IAS 19 - Benefícios aos Empregados e a IAS 34 - Relatório Financeiro Intermediário. Alteração da IFRS 11 - Negócios em Conjunto: A alteração estabelece critérios de contabilização para aquisição de operações em conjunto cuja atividade constitui um negócio, conforme metodologia estabelecida na IFRS 3 - Combinações de Negócios. Alteração da IAS 16 - Imobilizado e IAS - 38 Ativos Intangíveis: A alteração esclarece o princípio base para depreciação e amortização como sendo o padrão esperado de consumo dos benefícios econômicos futuros do ativo. Alteração da IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras: As alterações têm o objetivo de incentivar as empresas a identificar quais informações são suficientemente relevantes para serem divulgadas nas demonstrações contábeis. Também é esclarecido que a materialidade se aplica ao conjunto completo de demonstrações financeiras, incluindo suas notas explicativas e que é aplicável a todo e qualquer requerimento de divulgação das normas IFRS. Alterações na IAS 28, IFRS 10 e IFRS 12 Aplicando a Exceção à Consolidação: o documento contém orientações de aplicação do conceito de Entidades para Investimento. Não foram identificados impactos relevantes dessas alterações nas Demonstrações Financeiras da Companhia.
3. Apresentação das demonstrações financeiras: Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC): As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia. Em 16 de fevereiro de 2017, foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão das demonstrações financeiras. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo através do resultado. • Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nesta demonstração foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

continua

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO OESTE DE SÃO PAULO - VIAOESTE S.A. (Companhia Aberta)						
<i>continuação</i>						
Nota						
2	Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível - ICPC 01 (R1)					
7	Provisão para devedores duvidosos					
8b	Impostos diferidos					
11	Depreciação do ativo imobilizado					
12	Amortização dos ativos intangíveis					
15	Provisão para riscos					
16	Provisão de manutenção					
20	Instrumentos financeiros					
<p>4. Determinação dos valores justos: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. • Passivos financeiros não derivativos. O valor justo determinado para fins de registro contábil e de divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuro projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidos de fontes públicas (BM&FBovespa e Bloomberg); • Derivativos: As operações com instrumentos financeiros derivativos resumem-se a contratos de swaps de moeda e taxa de juros, que visam à proteção contra riscos de taxas de juros. Investimentos em títulos financeiros: Os valores justos dos contratos de derivativos são calculados projetando-se os fluxos de caixa futuros das operações, tomando como base cotações de mercado futuras obtidas de fontes públicas (BM&FBovespa e Bloomberg) adicionadas dos respectivos cupons, para a data de vencimento de cada uma das operações, e trazidos a valor presente por uma taxa livre de riscos na data de mensuração.</p> <p>5. Gerenciamento de riscos financeiros: Visão geral: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e inflação; c) Risco de taxa de câmbio; e d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez. A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. a) Risco de crédito: Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber junto aos poderes concedentes, que potencialmente sujeita a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de rating. b) Risco de taxas de juros e inflação: Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumentam nas perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do Certificado de Depósito Interbancário - CDI relativos aos financiamentos em reais; (2) do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e CDI relativo às debêntures; e (3) IGP-M relativo ao ônus da concessão (4) IPCA ou IGP-M relativo à tarifa básica de pedágio. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhes sobre esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6, 13, 14, 20 e 21. c) Risco de taxas de câmbio: Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a aquisição de equipamentos e insumos no exterior, bem como para a liquidação de passivos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. A Companhia, avalia permanentemente a contratação de operações de hedge para mitigar esses riscos. d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez: Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (<i>covenants</i>) previstos em contratos de financiamentos e debêntures. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidos nas respectivas notas explicativas. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:</p>						
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos		
Empréstimos e Arrendamentos mercantis	104.806	5.406	142.686	-		
Debêntures (a)	187.849	9.120	161.993	270.430		
(a) Valores brutos do custo de transação. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 300.863, substancialmente composto por empréstimos e debêntures a pagar, conforme mencionado na notas explicativas nº 13 e 14. Essas dívidas são formadas por captações aplicadas em projetos já performados. Para satisfação de seu compromisso financeiro, além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas.						
		2016	2015			
6. Caixa e equivalentes de caixa						
Caixa e bancos		3.721	2.524			
Aplicações financeiras						
Fundos de investimentos		115.172	56.637			
		118.893	59.161			
As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 98,93% do CDI, equivalente a 13,78% ao ano (13,10% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2015).						
7. Contas a receber Circulante		2016	2015			
Pedágio eletrônico - outros (a)		56.369	4.910			
Receitas acessórias (b)		584	617			
		56.953	5.527			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (c)		(46)	(111)			
		56.907	5.416			
Idade de vencimento dos títulos		2016	2015			
Créditos a vencer		56.890	5.317			
Créditos vencidos até 60 dias		17	84			
Créditos vencidos de 61 a 90 dias		-	15			
Créditos vencidos de 91 a 180 dias		-	44			
Créditos vencidos há mais de 180 dias		46	67			
		56.953	5.527			
(a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio. A partir de 31 de agosto de 2016 a empresa STP deixou de ser parte relacionada, consequentemente o saldo a receber passou a ser divulgado nesta rubrica ao invés de contas a receber - partes relacionadas; (b) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstos nos contratos de concessão; (c) A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias. A PCLD reflete o histórico de perda da Companhia.						
8. Imposto de renda e contribuição social: A conciliação do imposto de renda e da contribuição social - correntes e diferidos: A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:		2016	2015			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		407.446	443.361			
Alíquota nominal		34%	34%			
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal		(138.532)	(150.743)			
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes						
Despesas com brindes e associações de classe		(201)	(195)			
Despesas indedutíveis		(1.209)	(1.144)			
Incentivo relativo ao imposto de renda		4.328	4.378			
Juros sobre capital próprio		-	4.050			
Provisão para participação nos resultados (PLR)		(224)	(191)			
Outros ajustes tributários		17	(64)			
Despesa de imposto de renda e contribuição social		(135.821)	(143.909)			
Impostos correntes		(145.644)	(148.865)			
Impostos diferidos		9.823	4.956			
		33,33%	32,46%			
Alíquota efetiva de impostos						
b. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:		2016	2015			
Bases ativas						
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)		63.017	63.369			
Provisão para participação nos resultados (PLR)		1.001	1.021			
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários		2.410	759			
Custo de transação na emissão de títulos		-	218			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		16	38			
		7.786	9.668			
Valor justo de operações com instrumentos financeiros derivativos		11.737	1.396			
Perdas em operações com derivativos		1.559	2.770			
Outros		87.526	79.239			
		109.208	110.221			
Bases passivas		(99.228)	(110.221)			
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)		(6.043)	(9.152)			
Valor justo de operações com instrumentos financeiros derivativos		-	(5.221)			
Ganho de operações com derivativos		(17.675)	-			
Variação Cambial		(2.247)	(2.135)			
Outros		(125.193)	(126.729)			
		(145.158)	(158.222)			
Passivo fiscal diferido líquido		(37.667)	(47.490)			
(a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo nº 69 da Lei 12.973/14 (fim do RTT).						
9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão:						
Início da concessão (1)		2016	2015			
Circulante		3.297	3.297			
Início da concessão (1) Extensão do prazo da concessão (2) Total		2016	2015	2016	2015	
Não Circulante		16.485	19.782	168.013	142.569	184.498
				168.013	142.569	184.498
(1) Os pagamentos antecipados no início da concessão e pré-pagamentos ao Poder Concedente, relativos à outorga fixa da concessão, foram registradas como ativo e estão sendo apropriadas ao resultado pelo prazo de concessão. (2) Para adequação do valor dos custos com outorga fixa na Companhia em que o prazo da concessão						

foi estendido sem que houvesse alteração do prazo de pagamento da outorga fixa, parte do valor dos pagamentos está sendo ativado e será apropriado ao resultado no período de extensão da concessão.

10. Partes relacionadas: Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2016 e 2015, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	2016						
	Transações			Saldos			
	Receitas	Serviços prestados	Despesas financeiras	Ativo		Passivo	
				receber	AFAC	Mútuo	Fornecedores
Controladora CCR S.A. (a) (b)	-	11.478	-	-	1.724	-	898
Coligadas							
CGMP (c)	138	-	-	-	-	-	-
CPC (d)	-	23.841	-	19	-	-	1.934
SPVias (e)	-	-	-	-	-	-	1
Rodoanel Oeste (e) (f)	-	-	5.645	37	40.548	-	13
Samm (g)	2.602	-	-	2.822	-	-	-
Serveng Cívilsan	-	-	-	-	-	-	1
Total circulante, 31 de dezembro de 2016				1.479	-	926	2.847
Total não circulante, 31 de dezembro de 2016				1.399	1.724	39.622	-
Total, 31 de dezembro de 2016	2.740	35.319	5.645	2.878	1.724	40.548	2.847
Total, 31 de dezembro de 2015	2.032	27.501	5.337	57.681	1.724	40.594	2.188
Despesas com profissionais chave da Administração:				2016		2015	
Remuneração (h):						Reapresentado (*)	
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa				1.763		1.615	
Outros benefícios:							
Provisão de participação no resultado					646	659	
Provisão de PPR no ano a pagar no ano seguinte					248	103	
Complemento de PPR pago no ano					95	85	
Previdência privada					4	5	
Seguro de vida							
				2.756		2.467	
Saldos a pagar aos profissionais chave da Administração:				2016		2015	
Remuneração dos administradores				821		813	

(*) Reapresentado com inclusão da despesa com seguridade social e FGTS, para melhor comparabilidade. Na AGO realizada em 15 de abril de 2016, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 3.200 incluindo salários, benefícios, remuneração variável e contribuição para a seguridade social. (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos, executada pela CCR - Divisão Actua, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês; (b) Adiantamento para futuro aumento de capital; (c) Valores de tarifa de pedágio cobrados de usuários do sistema de pedágio eletrônico, os quais serão repassados à Companhia no mês subseqüente; (d) Contrato de prestação exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês; (e) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores; (f) Cessão de crédito de IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas, conforme autorizado pelo artigo 33 da Medida Provisória - MP nº 651/14, remunerada a taxa de 105% do CDI. Os juros serão pagos semestralmente, em abril e outubro de cada ano, até o vencimento final da operação, em 28 de outubro de 2019, quando será calculado o pagamento principal; (g) Contrato de locação de fibra óptica apagada com prazo contratual até o término da vigência do contrato de concessão, com valores liquidados no 10º dia útil do mês subseqüente após o recebimento e aceitação. Qualquer atraso no pagamento sujeito à incidência de juros à taxa de 1% ao mês, calculados proporcionalmente a partir da data do vencimento até a data do efetivo pagamento, mais multa moratória de 2% sobre o valor devido e atualização monetária calculada pela variação do IGP-M.

11. Ativo imobilizado: Movimentação do custo:

	2015		2016		Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	
Móveis e utensílios	4.080	-	(12)	38	4.106
Máquinas e equipamentos	35.254	-	(160)	947	36.041
Veículos	10.837	-	(1.405)	491	9.923
Instalações e edificações	6.852	-	(1.730)	-	5.122
Equipamentos operacionais	73.917	-	(259)	5.638	79.296
Imobilizado em andamento	5.868	11.001	-	(7.833)	9.036
	136.808	11.001	(3.566)	(719)	143.524

11. Ativo imobilizado: Movimentação do custo:

	2014		2015		Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	
Móveis e utensílios	3.896	-	(18)	202	4.080
Máquinas e equipamentos	33.944	19	(819)	2.110	35.254
Veículos	12.295	-	(2.442)	984	10.837
Instalações e edificações	2.130	4.722	-	-	6.852
Equipamentos operacionais	67.227	-	(2.597)	9.287	73.917
Imobilizado em andamento	10.201	10.526	-	(14.859)	5.868
	129.693	15.267	(5.876)	(2.276)	136.808

Movimentação da depreciação:

	Taxa média anual	2015		2016		Saldo final
	%	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	
Móveis e utensílios	10	(2.396)	(336)	11	-	(2.721)
Máquinas e equipamentos	13	(18.973)	(3.360)	147	120	(22.066)
Veículos	22	(5.259)	(2.245)	1.302	-	(6.202)
Instalações e edificações	6	(2.041)	(24)	1.730	-	(335)
Equipamentos operacionais	16	(46.498)	(9.838)	176	(119)	(56.279)
		(75.167)	(15.803)	3.366	1	(87.603)

Taxa média anual de depreciação %

	Taxa média anual	2014		2015		Saldo final
	%	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	
Móveis e utensílios	11	(2.038)	(372)	14	-	(2.396)
Máquinas e equipamentos	13	(16.117)	(4.025)	779	390	(18.973)
Veículos	24	(4.734)	(2.476)	1.958	(7)	(5.259)
Instalações e edificações	6	(2.015)	(26)	-	-	(2.041)
Equipamentos operacionais	17	(39.889)	(8.771)	2.550	(388)	(46.498)
		(64.793)	(15.670)	5.301	(5)	(75.167)

(a) Reclassificação do ativo imobilizado para o intangível.

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 371 em 2016 (R\$ 789 em 2015). A taxa média anual de capitalização no exercício de 2016 foi de 6,48% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 11,60% a.a. no exercício de 2015.

12. Ativos intangíveis: Movimentação do custo:

	2015		2016		Saldo
--	------	--	------	--	-------

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO OESTE DE SÃO PAULO - VIAOESTE S.A. (Companhia Aberta)																																																																																																																														
(a) Reclassificação do ativo imobilizado para o intangível. (b) Direito da Concessão: refere-se ao ágio gerado após a reorganização societária, conforme estabelecido no Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação datado de 28 de junho de 2005. (*) Amortização pela curva de benefício econômico. Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 8.766 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 10.507 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015). A taxa média anual de capitalização no exercício de 2016 foi de 6,48% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 11,60% a.a. no exercício de 2015.																																																																																																																														
13. Empréstimos e arrendamentos mercantis financeiros:																																																																																																																														
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Instituições financeiras</th> <th>Taxas contratuais</th> <th>Vencimento final</th> <th>2016</th> <th>2015</th> <th colspan="2"></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="7">Em moeda nacional</td> </tr> <tr> <td>Alfa S.A. (Finame)</td> <td>5,5% a 7,70% a.a.</td> <td>Julho de 2017</td> <td>68</td> <td>185</td> <td>(b)</td> <td></td> </tr> <tr> <td colspan="7">Em moeda estrangeira</td> </tr> <tr> <td>1. Bank of America NA (a)</td> <td>LIBOR 3M + 2,50% a.a.</td> <td>Outubro de 2017</td> <td>100.005</td> <td>115.001</td> <td>(c)</td> <td></td> </tr> <tr> <td>2. Bank of Tokio (a)</td> <td>LIBOR + 2,10% a.a.</td> <td>Janeiro de 2019</td> <td>152.825</td> <td>-</td> <td>(d)</td> <td></td> </tr> <tr> <td colspan="3">Subtotal em moeda estrangeira</td> <td>252.830</td> <td>115.001</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td colspan="3">Total geral</td> <td>252.830</td> <td>115.186</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td colspan="3"></td> <td><u>104.806</u></td> <td><u>3.838</u></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td colspan="3"></td> <td><u>148.024</u></td> <td><u>111.348</u></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>							Instituições financeiras	Taxas contratuais	Vencimento final	2016	2015			Em moeda nacional							Alfa S.A. (Finame)	5,5% a 7,70% a.a.	Julho de 2017	68	185	(b)		Em moeda estrangeira							1. Bank of America NA (a)	LIBOR 3M + 2,50% a.a.	Outubro de 2017	100.005	115.001	(c)		2. Bank of Tokio (a)	LIBOR + 2,10% a.a.	Janeiro de 2019	152.825	-	(d)		Subtotal em moeda estrangeira			252.830	115.001			Total geral			252.830	115.186						<u>104.806</u>	<u>3.838</u>						<u>148.024</u>	<u>111.348</u>																																																				
Instituições financeiras	Taxas contratuais	Vencimento final	2016	2015																																																																																																																										
Em moeda nacional																																																																																																																														
Alfa S.A. (Finame)	5,5% a 7,70% a.a.	Julho de 2017	68	185	(b)																																																																																																																									
Em moeda estrangeira																																																																																																																														
1. Bank of America NA (a)	LIBOR 3M + 2,50% a.a.	Outubro de 2017	100.005	115.001	(c)																																																																																																																									
2. Bank of Tokio (a)	LIBOR + 2,10% a.a.	Janeiro de 2019	152.825	-	(d)																																																																																																																									
Subtotal em moeda estrangeira			252.830	115.001																																																																																																																										
Total geral			252.830	115.186																																																																																																																										
			<u>104.806</u>	<u>3.838</u>																																																																																																																										
			<u>148.024</u>	<u>111.348</u>																																																																																																																										
(a) Por entender ser informação mais relevante, dado que a operação está protegida na sua totalidade por contrato de swap, a Companhia decidiu mensurar esta operação ao valor justo através do resultado (vide nota explicativa nº 20 para maiores detalhes). Garantias: (b) Garantia real. (c) Não existem garantias. (d) Aval / fiança corporativa da CCR na proporção de sua participação acionária direta/indireta.																																																																																																																														
Cronograma de desembolso - não circulante:																																																																																																																														
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2016</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2018</td> <td>5.406</td> </tr> <tr> <td>2019</td> <td>142.686</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>148.092</td> </tr> </tbody> </table>								2016	2018	5.406	2019	142.686	Total	148.092																																																																																																																
	2016																																																																																																																													
2018	5.406																																																																																																																													
2019	142.686																																																																																																																													
Total	148.092																																																																																																																													
A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas ao contrato de Empréstimo, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente. 1. Em 07 de outubro de 2015, foi firmado contrato em moeda estrangeira (dólar norte-americano), com liberação no dia 26 de outubro de 2015, através da Lei nº 4131, com o Bank of America N.A., no montante de USD 30.000 mil, equivalente a R\$ 116.475, com vencimento em 26 de Outubro de 2017, remunerado à Libor de 3 meses + 2,50% a.a. O pagamento de juros é trimestral e o pagamento de principal no final da operação. Na mesma data, foi firmado contrato de swap, trocando a remuneração da dívida por 109,95% do CDI. 2. Em 05 de janeiro de 2016, foi firmado contrato em moeda estrangeira (dólar norte-americano), com liberação no dia 07 de janeiro de 2016, através da Lei nº 4131/1962, com o Bank of Tokyo, no montante de USD 45.771 mil, equivalente a R\$ 184.000, com vencimento em 07 de janeiro de 2019, remunerado à Libor de 3 meses + 2,10% a.a. O pagamento de juros é trimestral e o pagamento de principal no final da operação. Na mesma data, foi firmado contrato de swap, trocando a remuneração da dívida por 117,50% do CDI.																																																																																																																														
14. Debêntures:																																																																																																																														
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Série</th> <th>Taxas contratuais</th> <th>Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)</th> <th>Custos de transação incorridos</th> <th>Saldos dos custos a apropriar 2016</th> <th>Vencimento final</th> <th>2016</th> <th>2015</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>4a. Emissão Única</td> <td>Série 108,3% do CDI</td> <td>0,1723% (b)</td> <td>3.862</td> <td>44</td> <td>Maio de 2017</td> <td>89.359</td> <td>267.672 (d)</td> </tr> <tr> <td></td> <td>106,1% do CDI</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>Setembro de 2017</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>2. 5a. Emissão</td> <td>Série 1 IPCA+5,67 % a.a.</td> <td>0,1611% (b)</td> <td>835</td> <td>70</td> <td>2017</td> <td>87.446</td> <td>203.921 (d)</td> </tr> <tr> <td>3. 2 (c)</td> <td>6ª Emissão - Série IPCA + 6,2959% a.a.</td> <td>5,8865% (a)</td> <td>1.334</td> <td>793</td> <td>Setembro de 2019</td> <td>180.003</td> <td>162.797 (d)</td> </tr> <tr> <td>4. Única</td> <td></td> <td>6,6152% (a)</td> <td>3.530</td> <td>3.482</td> <td>Novembro de 2021</td> <td>268.195</td> <td>- (d)</td> </tr> <tr> <td colspan="4">Total geral</td> <td>4.389</td> <td></td> <td>625.003</td> <td>634.390</td> </tr> <tr> <td colspan="4">Circulante</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td colspan="4">Debêntures e notas promissórias</td> <td></td> <td></td> <td>187.849</td> <td>306.218</td> </tr> <tr> <td colspan="4">Custo de transação</td> <td></td> <td></td> <td>(1.020)</td> <td>(923)</td> </tr> <tr> <td colspan="4"></td> <td></td> <td></td> <td><u>186.829</u></td> <td><u>305.295</u></td> </tr> <tr> <td colspan="4">Não Circulante</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td colspan="4">Debêntures</td> <td></td> <td></td> <td>441.543</td> <td>329.660</td> </tr> <tr> <td colspan="4">Custo de transação</td> <td></td> <td></td> <td>(3.369)</td> <td>(565)</td> </tr> <tr> <td colspan="4"></td> <td></td> <td></td> <td><u>438.174</u></td> <td><u>329.095</u></td> </tr> </tbody> </table>							Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar 2016	Vencimento final	2016	2015	4a. Emissão Única	Série 108,3% do CDI	0,1723% (b)	3.862	44	Maio de 2017	89.359	267.672 (d)		106,1% do CDI				Setembro de 2017			2. 5a. Emissão	Série 1 IPCA+5,67 % a.a.	0,1611% (b)	835	70	2017	87.446	203.921 (d)	3. 2 (c)	6ª Emissão - Série IPCA + 6,2959% a.a.	5,8865% (a)	1.334	793	Setembro de 2019	180.003	162.797 (d)	4. Única		6,6152% (a)	3.530	3.482	Novembro de 2021	268.195	- (d)	Total geral				4.389		625.003	634.390	Circulante								Debêntures e notas promissórias						187.849	306.218	Custo de transação						(1.020)	(923)							<u>186.829</u>	<u>305.295</u>	Não Circulante								Debêntures						441.543	329.660	Custo de transação						(3.369)	(565)							<u>438.174</u>	<u>329.095</u>
Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar 2016	Vencimento final	2016	2015																																																																																																																							
4a. Emissão Única	Série 108,3% do CDI	0,1723% (b)	3.862	44	Maio de 2017	89.359	267.672 (d)																																																																																																																							
	106,1% do CDI				Setembro de 2017																																																																																																																									
2. 5a. Emissão	Série 1 IPCA+5,67 % a.a.	0,1611% (b)	835	70	2017	87.446	203.921 (d)																																																																																																																							
3. 2 (c)	6ª Emissão - Série IPCA + 6,2959% a.a.	5,8865% (a)	1.334	793	Setembro de 2019	180.003	162.797 (d)																																																																																																																							
4. Única		6,6152% (a)	3.530	3.482	Novembro de 2021	268.195	- (d)																																																																																																																							
Total geral				4.389		625.003	634.390																																																																																																																							
Circulante																																																																																																																														
Debêntures e notas promissórias						187.849	306.218																																																																																																																							
Custo de transação						(1.020)	(923)																																																																																																																							
						<u>186.829</u>	<u>305.295</u>																																																																																																																							
Não Circulante																																																																																																																														
Debêntures						441.543	329.660																																																																																																																							
Custo de transação						(3.369)	(565)																																																																																																																							
						<u>438.174</u>	<u>329.095</u>																																																																																																																							
(a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis. (b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. (c) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de hedge (hedge de valor justo). Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 20. Garantias: (d) Não existem garantias. Cronograma de desembolsos (não circulante):																																																																																																																														
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2016</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2018</td> <td>9.120</td> </tr> <tr> <td>2019</td> <td>161.993</td> </tr> <tr> <td>2021</td> <td>270.430</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>441.543</td> </tr> </tbody> </table>								2016	2018	9.120	2019	161.993	2021	270.430	Total	441.543																																																																																																														
	2016																																																																																																																													
2018	9.120																																																																																																																													
2019	161.993																																																																																																																													
2021	270.430																																																																																																																													
Total	441.543																																																																																																																													
A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de debêntures, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente. 1. Em 28 de abril de 2012, foi realizada a 4ª emissão pública de 75.000 debêntures, simples, série única, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública, com valor nominal total de R\$ 750.000, as quais foram inscritas e integralizadas em 10 de maio de 2012, no valor total de R\$ 751.887. As debêntures têm remuneração de 108,30% do CDI. Esta emissão não conta com garantias. O valor nominal das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira: Amortização: em 17 parcelas iguais, trimestrais e sucessivas, iniciando-se a primeira em 28 de maio de 2013; Juros: trimestralmente, entre 28 de maio de 2012 e 28 de maio de 2017. As debêntures poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente e/ou amortizadas parcialmente, a qualquer momento, a critério da emissora, mediante pagamento de prêmio de resgate de no máximo 0,75% incidente sobre o valor do resgate e/ou amortização. Os principais critérios para o vencimento antecipado são: • Ocorrência de qualquer alteração na composição societária da ViaOeste que venha a resultar na alienação do seu controle acionário a terceiros, sem prévia e expressa aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das debêntures em circulação, restando autorizadas as hipóteses de transferência de controle dentro do grupo econômico da CCR. • Caso a ViaOeste, sem que haja a aprovação prévia da maioria simples dos debenturistas, realize uma ou mais novas emissões de debêntures que, na data de cada respectiva emissão, leve o índice de Dívida Líquida/EBITDA a um valor superior a 4, calculado com base nas demonstrações financeiras mais recentes divulgadas à CVM e ao mercado, ressalvado, contudo, emissões cuja totalidade ou parcela dos recursos captados sejam, destinados ao pré-pagamento e liquidação das debêntures da presente emissão, as quais não estão sujeitas ao limite estabelecido neste item. • Constituir ou permitir a constituição, em garantia de novas dívidas, de quaisquer ônus, encargos ou gravames sobre qualquer um de seus ativos atualmente existentes ou doravante adquiridos. 2. Em 15 de setembro de 2014, foi realizada a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, para distribuição pública, nos termos da Instrução da CVM nº 476, no valor nominal total de R\$ 440.000, não podendo ser facultativamente resgatadas. Sobre o montante da primeira série, de R\$ 290.000, incorrerão juros de 106,10% do CDI, em um prazo total de 3 anos vencendo, portanto, em 15 de setembro de 2017. O principal e juros serão pagos em 10 parcelas iguais e sucessivas, trimestralmente, a partir de 15 de junho de 2015. Os juros da segunda série serão pagos semestralmente, a partir de 15 de março de 2015, sendo o principal amortizado no vencimento da operação, em 15 de setembro de 2019. As debêntures da segunda série têm seu valor nominal atualizado pelo IPCA e juros remuneratórios 5,67% a.a. incidentes sobre o valor atualizado. Em 27 de outubro de 2014, foram contratadas operações de swap para a segunda série, onde houve a troca do indexador IPCA + 5,67% a.a., para todos os vencimentos de juros e principal, pelos percentuais de 99,9% a 100% do CDI. O principal critério para o vencimento antecipado das debêntures desta emissão é a distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, pela emissora, em valor superior ao do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76), e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado da emissora seja superior a 4. Há exceção se a ViaOeste optar por contratar e apresentar ao Agente Fiduciário carta(s) de fiança bancária no valor correspondente à dívida representada pelas debêntures em circulação, emitida por uma instituição financeira autorizada, conforme definição expressa na escritura de emissão desta debênture. 3. Em 15 de novembro de 2016, ocorreu a 6ª emissão de debêntures nominativas, escriturais, simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, enquadradas na Lei nº 12.431/2011 e nos termos da Portaria nº 605/2016 do Ministério dos Transportes, com valor nominal total de R\$ 270.000 e vencimento em 15 de novembro de 2021. Com remuneração de IPCA + 6,2959% a.a., os juros serão pagos semestralmente após carência de 12 meses da data de emissão, sendo o primeiro pagamento em 15 de novembro de 2017 e o principal no vencimento. Dentre as principais cláusulas de restrição, a Emissora obriga-se a não distribuir dividendos caso o índice Dívida Líquida / EBITDA seja maior de 4,0, apurado semestralmente. Poderá ocorrer resgate antecipado da totalidade das debêntures após 4 anos a partir da data de emissão, mediante pagamento de prêmio, conforme fórmula constante da escritura de emissão, e não poderão ser objeto de amortização extraordinária facultativa. As debêntures continuarão vigentes até a data de vencimento e contarão com fiança e garantia real da Companhia, caso ocorra o término do contrato de concessão como consequência de decisão judicial transitada em julgado, relativa a certas ações que tenham sido movidas pelo Estado de São Paulo e a ARTESP contra a emissora.																																																																																																																														
15. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas e cíveis. A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos; (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:																																																																																																																														
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2015</th> <th>2016</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="3">Não circulante</td> </tr> <tr> <td>Cíveis e administrativos</td> <td>Saldo inicial 668</td> <td>Consti-Atualização 1.194 (36) (157)</td> <td>Paga-mentos 620</td> <td>Reversão 2.289</td> <td>Saldo final 2.289</td> </tr> <tr> <td>Trabalhistas e previdenciários</td> <td>1.565</td> <td>3.440 (253)</td> <td>(30)</td> <td>79</td> <td>4.801</td> </tr> <tr> <td></td> <td><u>2.233</u></td> <td><u>4.634</u></td> <td><u>(289)</u></td> <td><u>(187)</u></td> <td><u>7.090</u></td> </tr> <tr> <td colspan="3">2014</td> <td colspan="4">2015</td> </tr> <tr> <td>Movimento em 2015</td> <td>4.128</td> <td>865</td> <td>369</td> <td>(709)</td> <td>(2.420)</td> <td>2.233</td> </tr> </tbody> </table>								2015	2016	Não circulante			Cíveis e administrativos	Saldo inicial 668	Consti-Atualização 1.194 (36) (157)	Paga-mentos 620	Reversão 2.289	Saldo final 2.289	Trabalhistas e previdenciários	1.565	3.440 (253)	(30)	79	4.801		<u>2.233</u>	<u>4.634</u>	<u>(289)</u>	<u>(187)</u>	<u>7.090</u>	2014			2015				Movimento em 2015	4.128	865	369	(709)	(2.420)	2.233																																																																																		
	2015	2016																																																																																																																												
Não circulante																																																																																																																														
Cíveis e administrativos	Saldo inicial 668	Consti-Atualização 1.194 (36) (157)	Paga-mentos 620	Reversão 2.289	Saldo final 2.289																																																																																																																									
Trabalhistas e previdenciários	1.565	3.440 (253)	(30)	79	4.801																																																																																																																									
	<u>2.233</u>	<u>4.634</u>	<u>(289)</u>	<u>(187)</u>	<u>7.090</u>																																																																																																																									
2014			2015																																																																																																																											
Movimento em 2015	4.128	865	369	(709)	(2.420)	2.233																																																																																																																								
Além dos pagamentos dos processos provisionados com diagnóstico de perda provável, a Companhia efetuou																																																																																																																														
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th>2016</th> <th>2015</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="2">Acordos para pagamentos de processos administrativos, nas esferas cível e trabalhista, nos montantes de R\$ 851 e R\$ 500, respectivamente (R\$ 1.754 e R\$ 579 respectivamente em 2015). A Companhia possui outros riscos relativos a questões trabalhistas e cíveis, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.</td> <td>2016</td> <td>2015</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Cíveis e administrativos</td> <td>14.420</td> <td>8.120</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Trabalhistas e previdenciárias</td> <td>2.106</td> <td>969</td> </tr> <tr> <td colspan="2"></td> <td><u>16.526</u></td> <td><u>9.089</u></td> </tr> </tbody> </table>									2016	2015	Acordos para pagamentos de processos administrativos, nas esferas cível e trabalhista, nos montantes de R\$ 851 e R\$ 500, respectivamente (R\$ 1.754 e R\$ 579 respectivamente em 2015). A Companhia possui outros riscos relativos a questões trabalhistas e cíveis, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.		2016	2015	Cíveis e administrativos		14.420	8.120	Trabalhistas e previdenciárias		2.106	969			<u>16.526</u>	<u>9.089</u>																																																																																																				
		2016	2015																																																																																																																											
Acordos para pagamentos de processos administrativos, nas esferas cível e trabalhista, nos montantes de R\$ 851 e R\$ 500, respectivamente (R\$ 1.754 e R\$ 579 respectivamente em 2015). A Companhia possui outros riscos relativos a questões trabalhistas e cíveis, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.		2016	2015																																																																																																																											
Cíveis e administrativos		14.420	8.120																																																																																																																											
Trabalhistas e previdenciárias		2.106	969																																																																																																																											
		<u>16.526</u>	<u>9.089</u>																																																																																																																											
Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 2.410.																																																																																																																														
16. Provisão de manutenção:																																																																																																																														
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th>2015</th> <th>2016</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="2"></td> <td>Saldo inicial</td> <td>Reversão do ajuste a valor presente</td> </tr> <tr> <td colspan="2"></td> <td>Consti-tuição/ reversão de provisão</td> <td>Realização Transferências</td> </tr> <tr> <td colspan="2"></td> <td>Saldo</td> <td>Saldo</td> </tr> <tr> <td colspan="2"></td> <td>Final</td> <td>Final</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Circulante</td> <td>9.089</td> <td>38.247</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Não circulante</td> <td>35.073</td> <td>(1.100)</td> </tr> <tr> <td colspan="2"></td> <td><u>44.162</u></td> <td><u>37.147</u></td> </tr> <tr> <td colspan="2"></td> <td><u>2014</u></td> <td><u>2015</u></td> </tr> <tr> <td colspan="2">Circulante</td> <td>1.188</td> <td>(10.090)</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Não circulante</td> <td>29.357</td> <td>25.253</td> </tr> <tr> <td colspan="2"></td> <td><u>30.545</u></td> <td><u>15.163</u></td> </tr> <tr> <td colspan="2"></td> <td><u>3.649</u></td> <td><u>(5.195)</u></td> </tr> </tbody> </table>									2015	2016			Saldo inicial	Reversão do ajuste a valor presente			Consti-tuição/ reversão de provisão	Realização Transferências			Saldo	Saldo			Final	Final	Circulante		9.089	38.247	Não circulante		35.073	(1.100)			<u>44.162</u>	<u>37.147</u>			<u>2014</u>	<u>2015</u>	Circulante		1.188	(10.090)	Não circulante		29.357	25.253			<u>30.545</u>	<u>15.163</u>			<u>3.649</u>	<u>(5.195)</u>																																																																				
		2015	2016																																																																																																																											
		Saldo inicial	Reversão do ajuste a valor presente																																																																																																																											
		Consti-tuição/ reversão de provisão	Realização Transferências																																																																																																																											
		Saldo	Saldo																																																																																																																											
		Final	Final																																																																																																																											
Circulante		9.089	38.247																																																																																																																											
Não circulante		35.073	(1.100)																																																																																																																											
		<u>44.162</u>	<u>37.147</u>																																																																																																																											
		<u>2014</u>	<u>2015</u>																																																																																																																											
Circulante		1.188	(10.090)																																																																																																																											
Não circulante		29.357	25.253																																																																																																																											
		<u>30.545</u>	<u>15.163</u>																																																																																																																											
		<u>3.649</u>	<u>(5.195)</u>																																																																																																																											
As taxas anuais para cálculo do valor presente para os projetos com início de provisão até 2009 e de 2010 a 2016 são de 14,75%, 12,34%, 12,62%, 8,20%, 10,14%, 12,29% e 15,77% respectivamente. As mesmas são equivalentes às taxas de mercado para os períodos a que se referem.																																																																																																																														
17. Patrimônio Líquido: a. Capital social: O capital social da Companhia é de R\$ 139.763, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, dividido em 13.976.292,242 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 6.988.146,121 ordinárias e 6.988.146,121 preferenciais. b. Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. c. Reserva de retenção de lucros: Em 31 de dezembro de 2016, foi constituída reserva de lucros em razão da retenção de parte do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. Esta retenção está fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração e aprovado pelo Conselho de Administração (CAD), o qual será submetido à aprovação dos acionistas na AGO de 2017. A proposta de orçamento de capital está justificada substancialmente pela necessidade de aplicação em investimentos na infraestrutura a serem realizados para atendimento aos requerimentos dos contratos de concessão. d. Reserva de capital: A reserva de capital, no montante de R\$ 2.642, é oriunda da diferença entre o valor do acervo líquido incorporado e o valor do patrimônio líquido da Wolfson Empreendimentos Ltda., por ocasião de sua incorporação conforme estabelecido no Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação datado de 28 de junho de 2005. e. Dividendos: Em 28 de janeiro de 2016, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 127.681 correspondentes a R\$ 8.7005 por lote de mil ações ordinárias e R\$ 9,5706 por lote de mil ações preferenciais, à conta de reserva de retenção de lucros, pagos em 28 de janeiro de 2016. Em 24 de abril de 2016, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 68.557 correspondentes a R\$ 4,6717 por lote de mil ações ordinárias e R\$ 5,1388 por lote de mil ações preferenciais, à conta de reserva de retenção de lucros, pagos em 27 de abril de 2016, à conta da totalidade do saldo da conta de reserva de retenção de lucros do exercício de 2015. Em 15 de dezembro de 2016, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 205.670 correspondentes a R\$ 14,0149 por lote de mil ações ordinárias e R\$ 15,4164 por lote de mil ações preferenciais, à conta de parte dos lucros apurados no período compreendido entre 1º de janeiro a 30 de setembro de 2016, "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2017, pagos em 20 de dezembro de 2016.																																																																																																																														
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th>2016</th> <th>2015</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="2">Lucro líquido do exercício</td> <td></td> <td>271.625</td> </tr> <tr> <td colspan="2">(-) Constituição de reserva legal</td> <td></td> <td>-</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Lucro líquido ajustado</td> <td></td> <td>271.625</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado</td> <td></td> <td>67.906</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Total dos dividendos pagos</td> <td></td> <td>205.670</td> </tr> </tbody> </table>									2016	2015	Lucro líquido do exercício			271.625	(-) Constituição de reserva legal			-	Lucro líquido ajustado			271.625	Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado			67.906	Total dos dividendos pagos			205.670																																																																																																
		2016	2015																																																																																																																											
Lucro líquido do exercício			271.625																																																																																																																											
(-) Constituição de reserva legal			-																																																																																																																											
Lucro líquido ajustado			271.625																																																																																																																											
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado			67.906																																																																																																																											
Total dos dividendos pagos			205.670																																																																																																																											
f. Juros sobre capital próprio: Em 26 de dezembro de 2015, foi aprovada em ata de Assembleia Geral Extraordinária, o destaque pela Companhia de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 11.911 relativos ao lucro do exercício, que foram pagos até 27 de abril de 2016. g. Lucro por ação básico e diluído: A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.																																																																																																																														
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th>2016</th> <th>2015</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="2">Numerador</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td colspan="2">Lucro líquido do exercício</td> <td>271.625</td> <td>299.452</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Denominador</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td colspan="2">Média ponderada de ações ordinárias - básico e diluído</td> <td>6.988.146.121</td> <td>6.988.146.121</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Média ponderada de ações preferenciais - básico e diluído</td> <td>6.988.146.121</td> <td>6.988.146.121</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Lucro por ação ordinárias em R\$ - básico e diluído</td> <td>0,01851</td> <td>0,02041</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Lucro por ação preferencial em R\$ - básico e diluído</td> <td>0,02036</td> <td>0,02245</td> </tr> </tbody> </table>									2016	2015	Numerador				Lucro líquido do exercício		271.625	299.452	Denominador				Média ponderada de ações ordinárias - básico e diluído		6.988.146.121	6.988.146.121	Média ponderada de ações preferenciais - básico e diluído		6.988.146.121	6.988.146.121	Lucro por ação ordinárias em R\$ - básico e diluído		0,01851	0,02041	Lucro por ação preferencial em R\$ - básico e diluído		0,02036	0,02245																																																																																								
		2016	2015																																																																																																																											
Numerador																																																																																																																														
Lucro líquido do exercício		271.625	299.452																																																																																																																											
Denominador																																																																																																																														
Média ponderada de ações ordinárias - básico e diluído		6.988.146.121	6.988.146.121																																																																																																																											
Média ponderada de ações preferenciais - básico e diluído		6.988.146.121	6.988.146.121																																																																																																																											
Lucro por ação ordinárias em R\$ - básico e diluído		0,01851	0,02041																																																																																																																											
Lucro por ação preferencial em R\$ - básico e diluído		0,02036	0,02245																																																																																																																											
18. Receitas																																																																																																																														
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th>2016</th> <th>2015</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="2">Receitas de pedágio</td> <td>978.796</td> <td>976.773</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Receitas de construção (ICPC 01 R1)</td> <td>57.892</td> <td>76.588</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Receitas acessórias</td> <td>14.581</td> <td>13.399</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Receita bruta</td> <td>1.051.269</td> <td>1.066.760</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Impostos sobre receitas</td> <td>(85.492)</td> <td>(85.465)</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Abatimentos</td> <td>(1)</td> <td>(2)</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Deduções da receita bruta</td> <td>(85.493)</td> <td>(85.467)</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Receita líquida</td> <td>965.776</td> <td>981.293</td> </tr> </tbody> </table>									2016	2015	Receitas de pedágio		978.796	976.773	Receitas de construção (ICPC 01 R1)		57.892	76.588	Receitas acessórias		14.581	13.399	Receita bruta		1.051.269	1.066.760	Impostos sobre receitas		(85.492)	(85.465)	Abatimentos		(1)	(2)	Deduções da receita bruta		(85.493)	(85.467)	Receita líquida		965.776	981.293																																																																																				
		2016	2015																																																																																																																											
Receitas de pedágio		978.796	976.773																																																																																																																											
Receitas de construção (ICPC 01 R1)		57.892	76.588																																																																																																																											
Receitas acessórias		14.581	13.399																																																																																																																											
Receita bruta		1.051.269	1.066.760																																																																																																																											
Impostos sobre receitas		(85.492)	(85.465)																																																																																																																											
Abatimentos		(1)	(2)																																																																																																																											
Deduções da receita bruta		(85.493)	(85.467)																																																																																																																											
Receita líquida		965.776	981.293																																																																																																																											
19. Resultado financeiro:																																																																																																																														
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th>2016</th> <th>2015</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="2">Despesas financeiras</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td colspan="2">Juros sobre empréstimos, debêntures e arrendamentos mercantis</td> <td>(67.614)</td> <td>(96.115)</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Ajuste a valor presente da provisão de manutenção</td> <td>(5.810)</td> <td>(3.649)</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Capitalização de custos dos empréstimos</td> <td>9.137</td> <td>11.296</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Perda com operações de derivativos</td> <td>(119.641)</td> <td>(30.233)</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Valor justo sobre empréstimos (fair value option)</td> <td>(29.427)</td> <td>(9.041)</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Variação monetária sobre debêntures e empréstimos</td> <td>(11.574)</td> <td>(16.315)</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Variação cambial sobre empréstimos</td> <td>(35.810)</td> <td>(2.658)</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Juros sobre mútuos</td> <td>(5.645)</td> <td>(5.337)</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Taxas, comissões e outras despesas financeiras</td> <td>(2.692)</td> <td>(789)</td> </tr> <tr> <td colspan="2"></td> <td><u>(269.076)</u></td> <td><u>(152.841)</u></td> </tr> <tr> <td colspan="2">Receitas financeiras (a)</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td colspan="2">Variação cambial sobre empréstimos</td> <td>87.791</td> <td>3.657</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Variação monetária sobre empréstimos e debêntures</td> <td>196</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Rendimento sobre aplicações financeiras</td> <td>10.716</td> <td>9.146</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Ganho com operações de derivativos</td> <td>38.807</td> <td>25.659</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Valor justo sobre empréstimos (fair value option)</td> <td>18.567</td> <td>14.779</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Juros e outras receitas financeiras</td> <td>3.271</td> <td>2.245</td> </tr> <tr> <td colspan="2"></td> <td><u>159.348</u></td> <td><u>55.486</u></td> </tr> <tr> <td colspan="2"></td> <td><u>(109.728)</u></td> <td><u>(97.355)</u></td> </tr> </tbody> </table>									2016	2015	Despesas financeiras				Juros sobre empréstimos, debêntures e arrendamentos mercantis		(67.614)	(96.115)	Ajuste a valor presente da provisão de manutenção		(5.810)	(3.649)	Capitalização de custos dos empréstimos		9.137	11.296	Perda com operações de derivativos		(119.641)	(30.233)	Valor justo sobre empréstimos (fair value option)		(29.427)	(9.041)	Variação monetária sobre debêntures e empréstimos		(11.574)	(16.315)	Variação cambial sobre empréstimos		(35.810)	(2.658)	Juros sobre mútuos		(5.645)	(5.337)	Taxas, comissões e outras despesas financeiras		(2.692)	(789)			<u>(269.076)</u>	<u>(152.841)</u>	Receitas financeiras (a)				Variação cambial sobre empréstimos		87.791	3.657	Variação monetária sobre empréstimos e debêntures		196	-	Rendimento sobre aplicações financeiras		10.716	9.146	Ganho com operações de derivativos		38.807	25.659	Valor justo sobre empréstimos (fair value option)		18.567	14.779	Juros e outras receitas financeiras		3.271	2.245			<u>159.348</u>	<u>55.486</u>			<u>(109.728)</u>	<u>(97.355)</u>																																				
		2016	2015																																																																																																																											
Despesas financeiras																																																																																																																														
Juros sobre empréstimos, debêntures e arrendamentos mercantis		(67.614)	(96.115)																																																																																																																											
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção		(5.810)	(3.649)																																																																																																																											
Capitalização de custos dos empréstimos		9.137	11.296																																																																																																																											
Perda com operações de derivativos		(119.641)	(30.233)																																																																																																																											
Valor justo sobre empréstimos (fair value option)		(29.427)	(9.041)																																																																																																																											
Variação monetária sobre debêntures e empréstimos		(11.574)	(16.315)																																																																																																																											
Variação cambial sobre empréstimos		(35.810)	(2.658)																																																																																																																											
Juros sobre mútuos		(5.645)	(5.337)																																																																																																																											
Taxas, comissões e outras despesas financeiras		(2.692)	(789)																																																																																																																											
		<u>(269.076)</u>	<u>(152.841)</u>																																																																																																																											
Receitas financeiras (a)																																																																																																																														
Variação cambial sobre empréstimos		87.791	3.657																																																																																																																											
Variação monetária sobre empréstimos e debêntures		196	-																																																																																																																											
Rendimento sobre aplicações financeiras		10.716	9.146																																																																																																																											
Ganho com operações de derivativos		38.807	25.659																																																																																																																											
Valor justo sobre empréstimos (fair value option)		18.567	14.779																																																																																																																											
Juros e outras receitas financeiras		3.271	2.245																																																																																																																											
		<u>159.348</u>	<u>55.486</u>																																																																																																																											
		<u>(109.728)</u>	<u>(97.355)</u>																																																																																																																											
(a) Os valores estão deduzidos de Pis e Cofins sobre receitas financeiras no montante de R\$ 618.																																																																																																																														
20. Instrumentos financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. É adotada a manutenção de contratos de hedge para proteção de, pelo menos, 100% dos pagamentos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relativos às empresas sediadas no Brasil, vencidos nos próximos 24 meses, ou de acordo com critérios estabelecidos em contratos de financiamento. Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Companhia possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos. Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas Demonstrações Financeiras, conforme o quadro a seguir:																																																																																																																														
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th>2016</th> <th>2015</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="2">Instrumentos financeiros por categoria:</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td colspan="2"></td> <td>Valor justo por meio do resultado</td> <td>Valor justo por meio do resultado</td> </tr> <tr> <td colspan="2"></td> <td>Em-prés-veis</td> <td>Em-prés-veis</td> </tr> <tr> <td colspan="2"></td> <td>Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado</td> <td>Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Ativos</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td colspan="2">Aplicações financeiras</td> <td>115.172</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva</td> <td>-</td> <td>56.637</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Contas a receber</td> <td>-</td> <td>122</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Contas a receber - partes relacionadas</td> <td>56.907</td> <td>5.416</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Contas a receber com operações com derivativos</td> <td>2.878</td> <td>57.681</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Total</td> <td><u>32.658</u></td> <td><u>26.163</u></td> </tr> <tr> <td colspan="2">Passivos</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td colspan="2">Contas a pagar com operações com derivativos</td> <td>(69.557)</td> <td>(24.543)</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Debêntures e notas promissórias (a)</td> <td>(180.003)</td> <td>(162.797)</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Financiamentos em moeda nacional</td> <td>-</td> <td>(68)</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Empréstimos em moeda estrangeira</td> <td>(252.830)</td> <td>(115.001)</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Fornecedores e outras contas a pagar</td> <td>-</td> <td>(23.127)</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas</td> <td>-</td> <td>(2.847)</td> </tr> </tbody> </table>									2016	2015	Instrumentos financeiros por categoria:						Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado			Em-prés-veis	Em-prés-veis			Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Ativos				Aplicações financeiras		115.172	-	Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva		-	56.637	Contas a receber		-	122	Contas a receber - partes relacionadas		56.907	5.416	Contas a receber com operações com derivativos		2.878	57.681	Total		<u>32.658</u>	<u>26.163</u>	Passivos				Contas a pagar com operações com derivativos		(69.557)	(24.543)	Debêntures e notas promissórias (a)		(180.003)	(162.797)	Financiamentos em moeda nacional		-	(68)	Empréstimos em moeda estrangeira		(252.830)	(115.001)	Fornecedores e outras contas a pagar		-	(23.127)	Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas		-	(2.847)																																												
		2016	2015																																																																																																																											
Instrumentos financeiros por categoria:																																																																																																																														
		Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado																																																																																																																											
		Em-prés-veis	Em-prés-veis																																																																																																																											
		Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado																																																																																																																											
Ativos																																																																																																																														
Aplicações financeiras		115.172	-																																																																																																																											
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva		-	56.637																																																																																																																											
Contas a receber		-	122																																																																																																																											
Contas a receber - partes relacionadas		56.907	5.416																																																																																																																											
Contas a receber com operações com derivativos		2.878	57.681																																																																																																																											
Total		<u>32.658</u>	<u>26.163</u>																																																																																																																											
Passivos																																																																																																																														
Contas a pagar com operações com derivativos		(69.557)	(24.543)																																																																																																																											
Debêntures e notas promissórias (a)		(180.003)	(162.797)																																																																																																																											
Financiamentos em moeda nacional		-	(68)																																																																																																																											
Empréstimos em moeda estrangeira		(252.830)	(115.001)																																																																																																																											
Fornecedores e outras contas a pagar		-	(23.127)																																																																																																																											
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas		-	(2.847)																																																																																																																											

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO OESTE DE SÃO PAULO - VIAOESTE S.A. (Companhia Aberta)																																																																																																																																																																																																																			
continuação																																																																																																																																																																																																																			
Instrumentos financeiros por categoria:																																																																																																																																																																																																																			
		2016			2015			2016		2015																																																																																																																																																																																																									
		Valor	Em-	Passivo finan-	Valor	Em-	Passivo	Valor contábil (a)	Valor justo (b)	Valor contábil (a)	Valor justo (b)																																																																																																																																																																																																								
		justo por meio do resultado	passivos e amortizado	ceiro mensu-justo por meio do resultado	justo por meio do resultado	passivos e amortizado	financeiro mensurado ao custo																																																																																																																																																																																																												
		resultados	vejs	ramentizado	resultados	vejs	amortizado																																																																																																																																																																																																												
Mútuos - partes relacionadas		-	-	(40.548)	-	-	(40.594)	448.596	452.895	472.280	476.289																																																																																																																																																																																																								
Partes relacionadas - AFAC		-	-	(1.724)	-	-	(1.724)																																																																																																																																																																																																												
Obrigações com o Poder Concedente		-	-	(1.329)	-	-	(1.281)																																																																																																																																																																																																												
		(354.560)	59.785	(514.643)	(219.419)	63.097	(547.572)																																																																																																																																																																																																												
<p>(a) Valores líquidos dos custos de transação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: • Aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas - conta reserva - São definidas como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. • Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações. • Empréstimos em moeda nacional e estrangeira, arrendamento mercantil financeiro e obrigações com o poder concedente - Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas. • Debêntures mensuradas ao custo amortizado - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:</p>																																																																																																																																																																																																																			
<p>Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia contratou operações de swap para proteção contra riscos de inflação da totalidade da 2ª série da 5ª emissão de debêntures. Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão. Segue abaixo quadro detalhado sobre os instrumentos contratados para a Companhia:</p>																																																																																																																																																																																																																			
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="4">Valores de Referência (Nacional) (1)</th> <th colspan="4">Valores brutos contratados e liquidados</th> <th colspan="4">Efeito Acumulado</th> <th colspan="2">Resultado</th> </tr> <tr> <th colspan="2">Data de início</th> <th colspan="2">Data de Vencimento</th> <th colspan="2">Moeda</th> <th colspan="2">Moeda Local</th> <th colspan="2">Moeda Local</th> <th colspan="2">Valores a receber/ (recebidos)</th> <th colspan="2">Valores a pagar/ (pagos)</th> <th colspan="2">Ganho/(Perda) em resultado</th> </tr> <tr> <th colspan="2">Contraparte dos contratos</th> <th colspan="2">Posição (Valores de Referência)</th> <th colspan="2">Estrangeira</th> <th colspan="2">Local</th> <th colspan="2">Local</th> <th colspan="2">2016</th> <th colspan="2">2015</th> <th colspan="2">2016</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Posição ativa BTG Pactual</td> <td>27/10/2014</td> <td>16/09/2019</td> <td>(2) IPCA + 5,67% a.a.</td> <td>-</td> <td>75.000</td> <td>75.000</td> <td>90.398</td> <td>81.799</td> <td>(5.347)</td> <td>(4.142)</td> <td>16.308</td> <td>9.512</td> <td>(3.790)</td> <td>(5.682)</td> <td>3.341</td> <td>792</td> </tr> <tr> <td>Posição passiva</td> <td></td> <td></td> <td>100% do CDI</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(77.880)</td> <td>(77.969)</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Posição ativa Merrill Lynch</td> <td>27/10/2014</td> <td>16/09/2019</td> <td>(2) IPCA + 5,67% a.a.</td> <td>-</td> <td>75.000</td> <td>75.000</td> <td>90.428</td> <td>81.778</td> <td>(5.345)</td> <td>(4.141)</td> <td>16.350</td> <td>9.519</td> <td>(3.780)</td> <td>(5.674)</td> <td>3.380</td> <td>689</td> </tr> <tr> <td>Posição passiva</td> <td></td> <td></td> <td>99,90% do CDI</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(77.858)</td> <td>(77.933)</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Posição ativa Merrill Lynch</td> <td>26/10/2015</td> <td>26/10/2017</td> <td>(3) USD + Libor 3M + 2,50% a.a.</td> <td>30.000</td> <td>30.000</td> <td>97.773</td> <td>117.144</td> <td>100.630</td> <td>(13.361)</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>7.132</td> <td>(19.853)</td> <td>(13.187)</td> <td>(27.159)</td> <td>(6.055)</td> </tr> <tr> <td>Posição passiva</td> <td></td> <td></td> <td>109,95% do CDI</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(120.483)</td> <td>(122.466)</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Posição ativa Bank of Tokyo</td> <td>07/01/2016</td> <td>07/01/2019</td> <td>(3) USD + Libor 3M + 2,10% a.a.</td> <td>45.771</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>154.479</td> <td>-</td> <td>(18.262)</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(42.134)</td> <td>-</td> <td>(60.396)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Posição passiva</td> <td></td> <td></td> <td>117,50% do CDI</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(196.613)</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO EM 31/12/2016</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>396.945</td> <td>267.144</td> <td>(36.899)</td> <td>1.620</td> <td>(42.315)</td> <td>(8.283)</td> <td>32.658</td> <td>26.163</td> <td>(69.557)</td> <td>(24.543)</td> <td>(80.834)</td> <td>(4.574)</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>													Valores de Referência (Nacional) (1)				Valores brutos contratados e liquidados				Efeito Acumulado				Resultado		Data de início		Data de Vencimento		Moeda		Moeda Local		Moeda Local		Valores a receber/ (recebidos)		Valores a pagar/ (pagos)		Ganho/(Perda) em resultado		Contraparte dos contratos		Posição (Valores de Referência)		Estrangeira		Local		Local		2016		2015		2016		Posição ativa BTG Pactual	27/10/2014	16/09/2019	(2) IPCA + 5,67% a.a.	-	75.000	75.000	90.398	81.799	(5.347)	(4.142)	16.308	9.512	(3.790)	(5.682)	3.341	792	Posição passiva			100% do CDI	-	-	-	(77.880)	(77.969)	-	-	-	-	-	-	-	-	Posição ativa Merrill Lynch	27/10/2014	16/09/2019	(2) IPCA + 5,67% a.a.	-	75.000	75.000	90.428	81.778	(5.345)	(4.141)	16.350	9.519	(3.780)	(5.674)	3.380	689	Posição passiva			99,90% do CDI	-	-	-	(77.858)	(77.933)	-	-	-	-	-	-	-	-	Posição ativa Merrill Lynch	26/10/2015	26/10/2017	(3) USD + Libor 3M + 2,50% a.a.	30.000	30.000	97.773	117.144	100.630	(13.361)	-	-	7.132	(19.853)	(13.187)	(27.159)	(6.055)	Posição passiva			109,95% do CDI	-	-	-	(120.483)	(122.466)	-	-	-	-	-	-	-	-	Posição ativa Bank of Tokyo	07/01/2016	07/01/2019	(3) USD + Libor 3M + 2,10% a.a.	45.771	-	-	154.479	-	(18.262)	-	-	-	(42.134)	-	(60.396)	-	Posição passiva			117,50% do CDI	-	-	-	(196.613)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO EM 31/12/2016				396.945	267.144	(36.899)	1.620	(42.315)	(8.283)	32.658	26.163	(69.557)	(24.543)	(80.834)	(4.574)	
Valores de Referência (Nacional) (1)				Valores brutos contratados e liquidados				Efeito Acumulado				Resultado																																																																																																																																																																																																							
Data de início		Data de Vencimento		Moeda		Moeda Local		Moeda Local		Valores a receber/ (recebidos)		Valores a pagar/ (pagos)		Ganho/(Perda) em resultado																																																																																																																																																																																																					
Contraparte dos contratos		Posição (Valores de Referência)		Estrangeira		Local		Local		2016		2015		2016																																																																																																																																																																																																					
Posição ativa BTG Pactual	27/10/2014	16/09/2019	(2) IPCA + 5,67% a.a.	-	75.000	75.000	90.398	81.799	(5.347)	(4.142)	16.308	9.512	(3.790)	(5.682)	3.341	792																																																																																																																																																																																																			
Posição passiva			100% do CDI	-	-	-	(77.880)	(77.969)	-	-	-	-	-	-	-	-																																																																																																																																																																																																			
Posição ativa Merrill Lynch	27/10/2014	16/09/2019	(2) IPCA + 5,67% a.a.	-	75.000	75.000	90.428	81.778	(5.345)	(4.141)	16.350	9.519	(3.780)	(5.674)	3.380	689																																																																																																																																																																																																			
Posição passiva			99,90% do CDI	-	-	-	(77.858)	(77.933)	-	-	-	-	-	-	-	-																																																																																																																																																																																																			
Posição ativa Merrill Lynch	26/10/2015	26/10/2017	(3) USD + Libor 3M + 2,50% a.a.	30.000	30.000	97.773	117.144	100.630	(13.361)	-	-	7.132	(19.853)	(13.187)	(27.159)	(6.055)																																																																																																																																																																																																			
Posição passiva			109,95% do CDI	-	-	-	(120.483)	(122.466)	-	-	-	-	-	-	-	-																																																																																																																																																																																																			
Posição ativa Bank of Tokyo	07/01/2016	07/01/2019	(3) USD + Libor 3M + 2,10% a.a.	45.771	-	-	154.479	-	(18.262)	-	-	-	(42.134)	-	(60.396)	-																																																																																																																																																																																																			
Posição passiva			117,50% do CDI	-	-	-	(196.613)	-	-	-	-	-	-	-	-	-																																																																																																																																																																																																			
TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO EM 31/12/2016				396.945	267.144	(36.899)	1.620	(42.315)	(8.283)	32.658	26.163	(69.557)	(24.543)	(80.834)	(4.574)																																																																																																																																																																																																				
<p>(1) Quando o derivativo possui vencimentos intermediários, o valor notional mencionado é o da tranche vigente; (2) Os contratos possuem vencimentos semestrais intermediários, nos meses de março e setembro de cada ano, até o vencimento final. (3) Refere-se às taxas Libor de 3 meses, divulgada pela Intercontinental Exchange (ICE), em 31/12/2016. Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção:</p>																																																																																																																																																																																																																			
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th colspan="2">2016</th> <th colspan="2">2015</th> <th colspan="2">Efeito em R\$ no resultado</th> </tr> <tr> <th colspan="2"></th> <th colspan="2">Exposição em R\$ (1)</th> <th colspan="2">Canário provável</th> <th colspan="2">Canário A 25%</th> </tr> <tr> <th colspan="2"></th> <th colspan="2">Canário B 50%</th> <th colspan="2"></th> <th colspan="2"></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Riscos cambiais</td> <td></td> <td>6.721</td> <td>(6.055)</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Riscos de juros</td> <td></td> <td>(87.555)</td> <td>1.481</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td></td> <td>(80.834)</td> <td>(4.574)</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>															2016		2015		Efeito em R\$ no resultado				Exposição em R\$ (1)		Canário provável		Canário A 25%				Canário B 50%						Riscos cambiais		6.721	(6.055)					Riscos de juros		(87.555)	1.481					Total		(80.834)	(4.574)																																																																																																																																																											
		2016		2015		Efeito em R\$ no resultado																																																																																																																																																																																																													
		Exposição em R\$ (1)		Canário provável		Canário A 25%																																																																																																																																																																																																													
		Canário B 50%																																																																																																																																																																																																																	
Riscos cambiais		6.721	(6.055)																																																																																																																																																																																																																
Riscos de juros		(87.555)	1.481																																																																																																																																																																																																																
Total		(80.834)	(4.574)																																																																																																																																																																																																																
<p>Análise de sensibilidade: As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. Em atendimento à Instrução CVM nº 475, apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações em moedas estrangeiras, nas taxas de juros e aplicações financeiras. Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes. Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira: Apresentamos no quadro abaixo os valores nominais referentes à variação cambial sobre os contratos de empréstimos e financiamentos sujeitos a esse risco. Os valores correspondem aos efeitos no resultado do exercício e no patrimônio líquido e foram calculados com base no saldo das exposições cambiais na data dessas demonstrações financeiras, sendo que as taxas de câmbio utilizadas no cenário provável foram adicionadas dos percentuais de deterioração de 25% e 50%, para os cenários A e B.</p>																																																																																																																																																																																																																			
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th colspan="2">2016</th> <th colspan="2">2015</th> <th colspan="2">Efeito em R\$ no resultado</th> </tr> <tr> <th colspan="2"></th> <th colspan="2">Exposição em R\$ (1)</th> <th colspan="2">Canário provável</th> <th colspan="2">Canário A 25%</th> </tr> <tr> <th colspan="2"></th> <th colspan="2">Canário B 50%</th> <th colspan="2"></th> <th colspan="2"></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Operação</td> <td>Vencimentos até</td> <td>Risco</td> <td>Exposição em R\$ (1)</td> <td>Canário provável</td> <td>Canário A 25%</td> <td>Canário B 50%</td> <td></td> </tr> <tr> <td>4131 em USD</td> <td>Outubro de 2017</td> <td>Aumento da cotação do USD</td> <td>98.932</td> <td>(24.731)</td> <td>(49.461)</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>SWAP USD x CDI (Ponta ativa)</td> <td>Outubro de 2017</td> <td>Diminuição da cotação do USD</td> <td>(99.029)</td> <td>24.757</td> <td>49.514</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>4131 em USD</td> <td>Janeiro de 2019</td> <td>Aumento da cotação do USD</td> <td>150.218</td> <td>(37.551)</td> <td>(75.103)</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>SWAP USD x CDI (Ponta ativa)</td> <td>Janeiro de 2019</td> <td>Diminuição da cotação do USD</td> <td>(150.353)</td> <td>37.588</td> <td>75.177</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Total do efeito de perda</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>63</td> <td>127</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Moedas em 31/12/2016:</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Dólar</td> <td></td> <td></td> <td>3.2591</td> <td>4.0739</td> <td>4.8887</td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>															2016		2015		Efeito em R\$ no resultado				Exposição em R\$ (1)		Canário provável		Canário A 25%				Canário B 50%						Operação	Vencimentos até	Risco	Exposição em R\$ (1)	Canário provável	Canário A 25%	Canário B 50%		4131 em USD	Outubro de 2017	Aumento da cotação do USD	98.932	(24.731)	(49.461)			SWAP USD x CDI (Ponta ativa)	Outubro de 2017	Diminuição da cotação do USD	(99.029)	24.757	49.514			4131 em USD	Janeiro de 2019	Aumento da cotação do USD	150.218	(37.551)	(75.103)			SWAP USD x CDI (Ponta ativa)	Janeiro de 2019	Diminuição da cotação do USD	(150.353)	37.588	75.177			Total do efeito de perda				63	127			Moedas em 31/12/2016:								Dólar			3.2591	4.0739	4.8887																																																																																																																	
		2016		2015		Efeito em R\$ no resultado																																																																																																																																																																																																													
		Exposição em R\$ (1)		Canário provável		Canário A 25%																																																																																																																																																																																																													
		Canário B 50%																																																																																																																																																																																																																	
Operação	Vencimentos até	Risco	Exposição em R\$ (1)	Canário provável	Canário A 25%	Canário B 50%																																																																																																																																																																																																													
4131 em USD	Outubro de 2017	Aumento da cotação do USD	98.932	(24.731)	(49.461)																																																																																																																																																																																																														
SWAP USD x CDI (Ponta ativa)	Outubro de 2017	Diminuição da cotação do USD	(99.029)	24.757	49.514																																																																																																																																																																																																														
4131 em USD	Janeiro de 2019	Aumento da cotação do USD	150.218	(37.551)	(75.103)																																																																																																																																																																																																														
SWAP USD x CDI (Ponta ativa)	Janeiro de 2019	Diminuição da cotação do USD	(150.353)	37.588	75.177																																																																																																																																																																																																														
Total do efeito de perda				63	127																																																																																																																																																																																																														
Moedas em 31/12/2016:																																																																																																																																																																																																																			
Dólar			3.2591	4.0739	4.8887																																																																																																																																																																																																														
<p>(1) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação.</p>																																																																																																																																																																																																																			
<p>Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros: Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2017 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.</p>																																																																																																																																																																																																																			
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th colspan="2">2016</th> <th colspan="2">2015</th> <th colspan="2">Efeito em R\$ no resultado</th> </tr> <tr> <th colspan="2"></th> <th colspan="2">Exposição em R\$ (1)</th> <th colspan="2">Canário provável</th> <th colspan="2">Canário A 25%</th> </tr> <tr> <th colspan="2"></th> <th colspan="2">Canário B 50%</th> <th colspan="2"></th> <th colspan="2"></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Operação</td> <td>Risco</td> <td>Vencimentos até</td> <td>Exposição em R\$ (1)</td> <td>Canário provável</td> <td>Canário A 25%</td> <td>Canário B 50%</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Passivos Financeiros</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Debêntures</td> <td>Aumento do CDI</td> <td>Maio de 2017</td> <td>89.403</td> <td>(5.047)</td> <td>(6.254)</td> <td>(7.441)</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Debêntures</td> <td>Aumento do CDI</td> <td>Setembro de 2017</td> <td>87.516</td> <td>(8.795)</td> <td>(10.951)</td> <td>(13.092)</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Debêntures</td> <td>Aumento do IPC-A</td> <td>Setembro de 2019</td> <td>181.726</td> <td>(22.276)</td> <td>(25.339)</td> <td>(28.402)</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Debêntures</td> <td>Aumento do IPC-A</td> <td>Novembro de 2021</td> <td>271.676</td> <td>(35.463)</td> <td>(40.122)</td> <td>(44.781)</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)</td> <td>Diminuição do IPC-A</td> <td>Setembro de 2019</td> <td>(181.756)</td> <td>22.340</td> <td>25.420</td> <td>28.498</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)</td> <td>Aumento do CDI</td> <td>Setembro de 2019</td> <td>155.756</td> <td>(20.949)</td> <td>(26.182)</td> <td>(31.412)</td> <td></td> </tr> <tr> <td>4131 em USD</td> <td>Aumento da Libor de 3 meses (4)</td> <td>Outubro de 2017</td> <td>98.932</td> <td>(2.882)</td> <td>(3.087)</td> <td>(3.293)</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Swap USD x CDI (Ponta passiva)</td> <td>Aumento do CDI</td> <td>Outubro de 2017</td> <td>119.461</td> <td>(14.538)</td> <td>(18.144)</td> <td>(21.740)</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Swap USD x CDI (Ponta Ativa)</td> <td>Diminuição da Libor de 3 meses (4)</td> <td>Outubro de 2017</td> <td>(99.029)</td> <td>3.030</td> <td>3.272</td> <td>3.514</td> <td></td> </tr> <tr> <td>4131 em USD</td> <td>Aumento da Libor de 3 meses</td> <td>Janeiro de 2019</td> <td>150.218</td> <td>(4.715)</td> <td>(5.095)</td> <td>(5.474)</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Swap USD x CDI (Ponta passiva)</td> <td>Aumento do CDI</td> <td>Janeiro de 2019</td> <td>190.441</td> <td>(30.454)</td> <td>(38.162)</td> <td>(45.907)</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>															2016		2015		Efeito em R\$ no resultado				Exposição em R\$ (1)		Canário provável		Canário A 25%				Canário B 50%						Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ (1)	Canário provável	Canário A 25%	Canário B 50%		Passivos Financeiros								Debêntures	Aumento do CDI	Maio de 2017	89.403	(5.047)	(6.254)	(7.441)		Debêntures	Aumento do CDI	Setembro de 2017	87.516	(8.795)	(10.951)	(13.092)		Debêntures	Aumento do IPC-A	Setembro de 2019	181.726	(22.276)	(25.339)	(28.402)		Debêntures	Aumento do IPC-A	Novembro de 2021	271.676	(35.463)	(40.122)	(44.781)		Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Setembro de 2019	(181.756)	22.340	25.420	28.498		Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Setembro de 2019	155.756	(20.949)	(26.182)	(31.412)		4131 em USD	Aumento da Libor de 3 meses (4)	Outubro de 2017	98.932	(2.882)	(3.087)	(3.293)		Swap USD x CDI (Ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2017	119.461	(14.538)	(18.144)	(21.740)		Swap USD x CDI (Ponta Ativa)	Diminuição da Libor de 3 meses (4)	Outubro de 2017	(99.029)	3.030	3.272	3.514		4131 em USD	Aumento da Libor de 3 meses	Janeiro de 2019	150.218	(4.715)	(5.095)	(5.474)		Swap USD x CDI (Ponta passiva)	Aumento do CDI	Janeiro de 2019	190.441	(30.454)	(38.162)	(45.907)																																																																								
		2016		2015		Efeito em R\$ no resultado																																																																																																																																																																																																													
		Exposição em R\$ (1)		Canário provável		Canário A 25%																																																																																																																																																																																																													
		Canário B 50%																																																																																																																																																																																																																	
Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ (1)	Canário provável	Canário A 25%	Canário B 50%																																																																																																																																																																																																													
Passivos Financeiros																																																																																																																																																																																																																			
Debêntures	Aumento do CDI	Maio de 2017	89.403	(5.047)	(6.254)	(7.441)																																																																																																																																																																																																													
Debêntures	Aumento do CDI	Setembro de 2017	87.516	(8.795)	(10.951)	(13.092)																																																																																																																																																																																																													
Debêntures	Aumento do IPC-A	Setembro de 2019	181.726	(22.276)	(25.339)	(28.402)																																																																																																																																																																																																													
Debêntures	Aumento do IPC-A	Novembro de 2021	271.676	(35.463)	(40.122)	(44.781)																																																																																																																																																																																																													
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Setembro de 2019	(181.756)	22.340	25.420	28.498																																																																																																																																																																																																													
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Setembro de 2019	155.756	(20.949)	(26.182)	(31.412)																																																																																																																																																																																																													
4131 em USD	Aumento da Libor de 3 meses (4)	Outubro de 2017	98.932	(2.882)	(3.087)	(3.293)																																																																																																																																																																																																													
Swap USD x CDI (Ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2017	119.461	(14.538)	(18.144)	(21.740)																																																																																																																																																																																																													
Swap USD x CDI (Ponta Ativa)	Diminuição da Libor de 3 meses (4)	Outubro de 2017	(99.029)	3.030	3.272	3.514																																																																																																																																																																																																													
4131 em USD	Aumento da Libor de 3 meses	Janeiro de 2019	150.218	(4.715)	(5.095)	(5.474)																																																																																																																																																																																																													
Swap USD x CDI (Ponta passiva)	Aumento do CDI	Janeiro de 2019	190.441	(30.454)	(38.162)	(45.907)																																																																																																																																																																																																													
<p>Composição do Conselho de Administração</p>																																																																																																																																																																																																																			
<table border="1"> <tbody> <tr> <td>Ítalo Roppa</td> <td>Presidente do Conselho</td> </tr> <tr> <td>Antônio Linhares da Cunha</td> <td>Vice-Presidente</td> </tr> <tr> <td>Francisco de Assis Nunes Bulhões</td> <td>Conselheiro</td> </tr> <tr> <td>Arthur Piotto Filho</td> <td>Conselheiro</td> </tr> <tr> <td>Leonardo Couto Vianna</td> <td>Conselheiro</td> </tr> <tr> <td>Paulo Yukio Fukuzaki</td> <td>Conselheiro</td> </tr> </tbody> </table>													Ítalo Roppa	Presidente do Conselho	Antônio Linhares da Cunha	Vice-Presidente	Francisco de Assis Nunes Bulhões	Conselheiro	Arthur Piotto Filho	Conselheiro	Leonardo Couto Vianna	Conselheiro	Paulo Yukio Fukuzaki	Conselheiro																																																																																																																																																																																											
Ítalo Roppa	Presidente do Conselho																																																																																																																																																																																																																		
Antônio Linhares da Cunha	Vice-Presidente																																																																																																																																																																																																																		
Francisco de Assis Nunes Bulhões	Conselheiro																																																																																																																																																																																																																		
Arthur Piotto Filho	Conselheiro																																																																																																																																																																																																																		
Leonardo Couto Vianna	Conselheiro																																																																																																																																																																																																																		
Paulo Yukio Fukuzaki	Conselheiro																																																																																																																																																																																																																		
<p>RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</p>																																																																																																																																																																																																																			
<p>Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Concessionária ViaOeste S.A. Barueri - SP</p>																																																																																																																																																																																																																			
<p>Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board (IASB)</i>. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais as-</p>																																																																																																																																																																																																																			
<p>suntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Adições ao ativo intangível da Companhia relacionadas às obrigações frente ao contrato de concessão: Conforme nota explicativa nº 2.p, para os contratos de concessão de serviços sobre direito de exploração de infraestrutura, o concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo, sendo esses ativos registrados como intangível, pois são revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. Desta forma, o assunto foi considerado em nossa auditoria como um risco inerente na constituição dos ativos intangíveis, uma vez que as adições podem representar custos não qualificáveis ou que não representem obras efetivamente realizadas para ativação de acordo com as normas contábeis. Conseqüentemente, efetuamos procedimentos específicos de auditoria, que incluem, mas não se limitam a, entendimento dos controles internos e testes substantivos de detalhe com base em amostragem para verificação das documentações que suportam referidas transações. Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado: A demonstração do</p>																																																																																																																																																																																																																			
<p>valor adicionado ("DVA"), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está concluída com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.</p>																																																																																																																																																																																																																			
<p>contínua</p>																																																																																																																																																																																																																			

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO OESTE DE SÃO PAULO - VIAOESTE S.A. (Companhia Aberta)	
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	
<p>Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeira (IFRS), emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações finan-</p>	<p>ceiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstra-</p>
<p>ções financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativas na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.</p> <p>São Paulo, 03 de março de 2017</p>	
<p>Deloitte. DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Alexandre Cassini Decontour Auditores Independentes Contador CRC n° 2 SP 011609/O-8 CRC n°1 SP 276957/O-4</p>	

ALCOA WORLD Alumina Brasil Ltda.	
CNPJ 06.167.730/0001-68 - NIRE 35 2 2153286 1	
EXTRATO DE ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL	
<p>Publica-se o presente extrato para que seja atendido o disposto no artigo 1.084, §§ 1º, 2º e 3º da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil Brasileiro. DATA: 06 de março de 2017. LOCAL DAS PUBLICAÇÕES: Observados os termos do § 1º do artigo 1.152 do Código Civil Brasileiro, as publicações ocorrerão nos órgãos oficiais da União e dos Estados onde se encontram os seguintes endereços: Sede Social: Avenida das Nações Unidas, nº 12901, Torre Oeste, 3º andar, Brooklin Novo, São Paulo, SP, CEP 04578-910. Filiais: (i) Rodovia Poços de Caldas/ Andradás – s/nº – Km 10 – Parte C – Zona Rural, CEP 37719-005, Poços de Caldas, Minas Gerais; (ii) Rodovia BR 135, Avenida Engenheiro Emiliano Macieira, Km 18, nº 03, Bairro Estiva, CEP 65095-604, São Luís, Maranhão; (iii) Enseada do Lago Grande de Juruti, s/nº, Porto Capiranga, CEP 68.170-000, Juruti, PA; (iv) Rua Dom Romualdo de Seixas, nº 1476, Sala 006, Bairro Umarizal, Belém, PA, CEP 66055-200. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Dispensadas as formalidades de convocação, bem como reunião ou assembleia, observados os termos dos §§ 2º e 3º do artigo 1.072 do Código Civil Brasileiro. DELIBERAÇÕES: 1. As sócias decidem unanimemente reduzir o capital social da Sociedade de R\$ 7.446.983.081,45 (sete bilhões, quatrocentos e quarenta e seis milhões, novecentos e oitenta e três mil, oitenta e um reais e quarenta e cinco centavos) representado por 744.698.308.145 (setecentos e quarenta e quatro bilhões, seiscentos e noventa e oito mil, novecentos e sessenta reais e quarenta e cinco centavos) representado por 739.218.896.045 (setecentos e trinta e nove bilhões, duzentos e dezoito milhões, oitocentos e noventa e seis mil e quarenta e cinco) quotas com valor nominal de R\$ 0,01 (um centavo de real) cada, por reputação excessivo em relação ao objeto social, nos termos do inciso II, do artigo 1.082 do Código Civil Brasileiro, tendo ponderado os seguintes fatores para a conclusão do excesso do capital social: a) Com a finalização dos investimentos realizados pela Sociedade para implantação de uma unidade de extração e beneficiamento de bauxita em Juruti/PA, complexo industrial que contou com a construção de uma rodovia e uma ferrovia de aproximadamente 50Km e de um porto para abrigar navios com capacidade de carga de até 60.000 toneladas, bem como para a expansão de sua unidade de produção de alumina em São Luís/MA, que elevou sua capacidade de produção de 270.000 toneladas para 1.400.000 toneladas, a Sociedade tem apresentado expressiva geração de caixa em suas operações, em grande parte devido à magnitude das despesas de depreciação relacionadas aos ativos antes mencionados; b) O contrato social da sociedade estabelece que as quantidades excedentes de caixa devem ser distribuídas aos sócios na forma de dividendos ou, inexistindo lucros distribuíveis, na forma de redução de capital; Cotejando as projeções de resultados com as necessidades de investimentos apresentadas pela administração, basicamente de pequena monta já que direcionados à manutenção do parque produtivo atual, conclui-se que a Sociedade continuará a acumular caixa sem perspectiva de utilização, o que configura excesso de capital social, a justificar a proposta de sua redução em R\$ 54.794.121,00 (cinquenta e quatro milhões, setecentos e noventa e quatro mil, cento e vinte e um reais) com o cancelamento de 5.479.412.100 (cinco bilhões, quatrocentos e setenta e nove milhões, quatrocentos e doze mil e cem) quotas representativas do capital social da Sociedade e o pagamento de R\$ 0,01 (um centavo de real) por quota cancelada a cada uma das sócias, na proporção de suas participações no capital social da Sociedade. 1.1. Como consequência da deliberação tomada, as sócias resolvem por unanimidade alterar a cláusula 6ª do Contrato Social da Sociedade, que passará a ter a seguinte nova redação: "Cláusula 6ª - O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 7.392.188.960,45 (sete bilhões, trezentos e noventa e dois milhões, cento e oitenta e oito mil, novecentos e sessenta reais e quarenta e cinco centavos) representado por 739.218.896.045 (setecentos e trinta e nove bilhões, duzentos e dezoito milhões, oitocentos e noventa e seis mil e quarenta e cinco) quotas com valor nominal de R\$ 0,01 (um centavo de real), distribuídas entre as sócias da seguinte forma: Sócia - Nº de quotas - Valor da quota (R\$) - % (aproximadamente) do Capital Social - Valor do Capital Social (R\$): Alcoa Alumina S.A. - 337.843.190.422 - 0,01 - 45,70 - 3.378.431.904,22; Alumina Limited do Brasil S.A. - 225.228.792.699 - 0,01 - 30,47 - 2.252.287.926,99; Alcoa USA Holding Company - 51.740.434.084 - 0,01 - 6,99 - 517.404.340,84; Alumina Brazil Holdings PTY Limited - 34.493.622.426 - 0,01 - 4,67 - 344.936.224,26; Alcoa World Alumina LLC - 24.393.340.917 - 0,01 - 3,30 - 243.933.409,17; Grupiara Participações S.A. - 39.311.709.653 - 0,01 - 5,32 - 393.117.096,53; Butiá Participações S.A. - 26.207.805.844 - 0,01 - 3,55 - 262.078.058,44. Total: 739.218.896,045 - 0,01 - 100 - 7.392.188.960,45. Parágrafo Primeiro. A responsabilidade das sócias é restrita ao valor de suas quotas, mas todas respondem solidariamente pela integralização do capital social. Parágrafo Segundo. Para efeito do exercício do direito de voto e para cálculo do montante a ser distribuído a cada sócia, a título de dividendos, bem como para atribuição de outros direitos econômicos às quotas representativas do capital social, será considerado o número de quotas detido por cada sócia, independentemente de seu valor nominal.". ASSINATURAS: (ass.) Otávio Augusto Rezende Carvalheira: Diretor das quotistas: Alcoa Alumina S.A. e Grupiara Participações S.A. e Procurador das quotistas: Alcoa USA Holding Company; (ass.) Carlos Eduardo Mahfuz: Diretor das quotistas Alcoa Alumina S.A. e Grupiara Participações S.A. e Procurador da quotista: Alcoa World Alumina LLC; (ass.) Sérgio Ilião Duarte: Procurador da quotista Alumina Limited do Brasil S.A. (ass.) David Dias de Sousa: Diretor das quotistas Butiá Participações S.A. e Alumina Limited do Brasil S.A. e Procurador da quotista Alumina Brazil Holdings PTY Limited. Testemunhas: Iracema Tereza da Silva e Ivana Guedes Brigante. Advogada: Caroline Takahashi Steffen.</p>	

Agropecuária São Bernardo Ltda.	
CNPJ nº 45.747.169/0001-48	
Editais de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária	
<p>Ficam convocados os senhores sócios da Agropecuária São Bernardo Ltda., a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 13 de março de 2017, às 18:30 horas (1ª Chamada) 19:00 horas (2ª Chamada), na Avenida Cássio de Carvalho, nº 23, Vila Ferrovária, Araraquara (SP), a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) Eleição dos membros da diretoria para o biênio 2017/2019. Araraquara, 13 de fevereiro de 2017. (4-7-8)</p>	

ODEBRECHT MOBILIDADE S.A.	
CNPJ/MF nº 19.215.328/0001-53 - NIRE 3530045888-5	
Ata de Assembleia Geral Extraordinária em 13/02/2017	
<p>Dia, Hora e Local: Em 13/02/2017, às 09h, na sede da Odebrecht Mobilidade S.A., localizada na Rua Lemos Monteiro, 120, 8º andar, Parte F, São Paulo - SP, CEP 05501-050 ("Companhia"). Convocação: Dispensada a publicação de edital de convocação, conforme o disposto no Artigo 124, § 4º da Lei 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A.s"). Presença: Odebrecht TransPort Mobilidade Urbana S.A., sociedade constituída de acordo com as leis brasileiras, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Lemos Monteiro, 120, 8º andar, Parte G, Butantã, CEP 05501-050, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.215.440/0001-94; e Guarana Urban Mobility Incorporated, sociedade japonesa (<i>kabushiki kaisha</i>), constituída e existente de acordo com as leis do Japão, com sede em 1-3, Marunouchi 1-chome, Chiyoda-ku, Tóquio, Japão, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.530.215/0001-94, na qualidade de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas lançadas no Livro de Registro de Presença de Acionistas. Mesa: Sr. Marcelo Felberg, <i>Presidente</i>; Sr. Marcelo Fogaça Cristante, <i>Secretário</i>. Antes de iniciarem-se os trabalhos do dia, os acionistas presentes tomaram conhecimento, através de carta dirigida à Companhia, da renúncia (i) do Sr. Kazuhiro Ono, japonês, casado, empresário, portador do Passaporte Japonês nº TZ0637219, residente e domiciliado na cidade de Nagano, Japão, com endereço comercial em 1-3, Marunouchi 1-chome, Chiyoda-ku, Tóquio, Japão, ao cargo de membro suplente do Sr. Michihiro Nose no Conselho de Administração da Companhia (ii) da Sr. Graziela Galli Ferreira Barioni, brasileira, casada, advogada, inscrita no CPF/MF sob o nº 258.751.358-83, portadora da cédula de identidade RG nº 22.697.214-8 SSP/SP, com endereço comercial na cidade de São Paulo/SP, na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 8º andar, Parte A, Butantã, CEP 05501-050 ao cargo de membro suplente do Sr. Rodrigo Marques França e, nesta oportunidade, agradeceram a atuação eficaz e competente do mesmo no exercício de sua função. Deliberações: Os acionistas presentes tomaram as seguintes deliberações: 1) Autorizar a lavratura da presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta o Artigo 130, §1º da Lei das S.A.s; e 2) Aprovar a eleição dos Srs.: (i) Yohei Fujita, de nacionalidade japonesa, casado, do comércio, portador do RNE nº V733616-1, e inscrito no CPF/MF sob o nº 234.753.928-01, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Praia do Flamengo, 200, 14º andar, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, ao cargo de membro suplente do Sr. Michihiro Nose no Conselho de Administração da Companhia; e (ii) Kazunari Matsuhashi, de nacionalidade japonesa, casado, administrador, portador do RNE nº V789234-T e inscrito no CPF/MF sob o nº 235.232.328-21, residente e domiciliado na cidade de São Paulo/SP, com endereço comercial na Avenida Paulista, 1842, 23º andar, CEP 01310-923, ao cargo de conselheiro suplente do Sr. Kazuhiisa Ota no Conselho de Administração da Companhia. Os membros do Conselho de Administração, ora eleitos, serão investidos em seus cargos, com prazo de mandato unificado com os demais membros que permanecem em seus cargos, até 28/04/2018, sendo permitida a reeleição, conforme preceitua Artigo 12 do Estatuto Social da Companhia, mediante a lavratura e assinatura de termo de posse no Livro de Registro de Atas de Reunião do Conselho de Administração da Companhia. Atendendo ao disposto no Artigo 147 da Lei das S.A.s, os conselheiros, ora eleitos, declaram, sob as penas da lei, não estarem impedidos de exercer a administração da Companhia, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. Considerando a deliberação acima, o Conselho de Administração da Companhia passa a ter a seguinte composição, com mandato unificado até 28/04/2018: (i) Marcelo Felberg, como membro titular e <i>Presidente do Conselho de Administração da Companhia</i>, sendo seu suplente Carlos Fernando Anastácio; (ii) Rodrigo Marques França, como membro titular do Conselho de Administração da Companhia, ficando vacante o cargo de seu suplente; (iii) Rodrigo Barbosa Veloso, como membro titular do Conselho de Administração da Companhia, sendo seu suplente Cesar Henrique Shogi Abe; (iv) Michihiro Nose, como membro titular do Conselho de Administração da Companhia, sendo seu suplente Yohei Fujita; (v) Shini-chi Ban, como membro titular do Conselho de Administração, sendo seu suplente Alexandre Carmona Côrtes; (vi) Daniel Bezerra Villar, como membro titular do Conselho de Administração, sendo seu suplente Mauro Motta Figueira; e (vii) Kazuhisa Ota, como membro titular do Conselho de Administração da Companhia, sendo seu suplente Kazunari Matsuhashi. Quorum das Deliberações: Todas as deliberações foram aprovadas por unanimidade, sem reserva ou restrições, pelas acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. Encerramento, Lavratura, Aprovação e Assinatura da Ata: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata que, após lida e aprovada, foi assinada pelos presentes. São Paulo, 13/02/2017. Mesa: Sr. <i>Marcelo Felberg, Presidente;</i> Sr. <i>Marcelo Fogaça Cristante, Secretário.</i> Acionistas: p. Odebrecht TransPort Mobilidade Urbana S.A. - Rodrigo Barbosa Veloso e Marcelo Felberg, e p. Guarana Urban Mobility Incorporated - Kazuhisa Ota. Certifico e dou fé que esta ata é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 13/02/2017. Marcelo Fogaça Cristante - Secretário. JUCESP nº 107.918/17-1 em 02/03/2017.</p>	

Imobiliária e Desenvolvimento Sul América S.A.	
CNPJ nº 43.337.146/0001-30 - NIRE nº 3530006024-5	
CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA	
<p>São convocados os Srs. Acionistas da Imobiliária e Desenvolvimento Sul América S.A., a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se às 10:00 horas do dia 23 de março de 2017, na sede social na cidade de São Paulo/Capital, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.413, Conjunto 111, 11º andar com a finalidade de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (a) Exame, discussão e votação do Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31.12.2016; (b) Destinação do resultado do exercício findo; e (c) Outros assuntos de interesse social. São Paulo, 7 de Março de 2017. (a) Kazuo Yamaoka - Diretor Presidente. (7/8/9)</p>	

Odebrecht TransPort S.A.	
NIRE 3530038154-8 – CNPJ/MF 12.251.483/0001-86	
Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 27 de setembro de 2016	
<p>Data, hora e local: No dia 27 de setembro de 2016, às 10:30 horas, realizada na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 8º andar, Parte A, Butantã, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05501-050 ("Companhia"). Presença: Presentes os seguintes membros do Conselho de Administração da Companhia: Newton Sergio de Souza, Daniel Bezerra Villar, André Amaro da Silveira, Jorge Henrique Simões Barata, Marcela Aparecida Drehmer Andrade, Carlos Antonio Vieira Fernandes, Edilo Ricardo Valadares, Flavio Eduardo Arakaki e João Cox Neto. Mesa: Newton Sergio de Souza, <i>Presidente;</i> Mariana Deperon Grimaldi de Oliveira, <i>Secretária</i>. Ordem do dia: Tendo em vista a prorrogação do prazo de vigência e, conseqüentemente, modificação de determinadas características das debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, da 1ª (primeira) emissão da Agrovia do Nordeste S.A. ("Debêntures" e "Emissora", respectivamente), quais sejam: a) a prorrogação do prazo das Debêntures, de 12 (doze) para 24 (vinte e quatro) meses, e, conseqüentemente, prorrogação da Data de Vencimento das Debêntures prevista no item 5.1.9 da Escritura de Emissão (conforme abaixo definido), do dia 30 de setembro de 2016 para o dia 30 de setembro de 2017 ("Nova Data de Vencimento"); b) a alteração da sobre taxa ou <i>spread</i> para 4,75% (quatro inteiros e setenta e cinco centésimos por cento), que substituirá a taxa anterior de 2,95% (dois inteiros e noventa e cinco centésimos por cento), nos juros remuneratórios das Debêntures, para o período compreendido entre 30 de setembro de 2016, inclusive, até a Nova Data de Vencimento, exclusive, alterando, portanto, o item 5.6.1 da Escritura de Emissão; c) estabelecimento de 2 (duas) datas de pagamento dos juros remuneratórios das Debêntures, sendo uma no dia 30 de setembro de 2016 e outra na Nova Data de Vencimento, alterando, portanto, o item 5.6.2 da Escritura de Emissão ("Modificação das Características das Debêntures"), conforme aprovadas pelos titulares das Debêntures ("Debenturistas") em Assembleia Geral convocada e realizada para este fim na presente data, deliberar sobre: (i) prorrogação da fiança corporativa prestada pela Companhia em favor dos Debenturistas, para assegurar o integral cumprimento das obrigações pecuniárias, principais e acessórias, assumidas pela Emissora no âmbito das Debêntures ("Obrigações Garantidas"), nos termos do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Agrovia do Nordeste S.A. ("Fiança" e "Escritura de Emissão", respectivamente); (ii) prorrogação da garantia real representada por alienação fiduciária sobre a totalidade das ações emitidas pela Emissora e de titularidade da Companhia, bem como de todos os direitos, existentes e futuros, decorrentes das ações, atuais ou futuras, representativas do capital social da Emissora, para assegurar o integral cumprimento das Obrigações Garantidas, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações de Emissão da Agrovia do Nordeste S.A. ("Alienação Fiduciária de Ações" e "Contrato de Alienação Fiduciária de Ações", respectivamente); (iii) celebração do primeiro aditamento à Escritura de Emissão e do primeiro aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária de Ações ("Aditamento à Escritura de Emissão" e "Aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária de Ações", respectivamente); e (iv) autorização para que a Diretoria da Companhia pratique todas as demais medidas necessárias para o fiel cumprimento das deliberações constantes nesta ata. Deliberações: Os membros do Conselho de Administração da Companhia, por unanimidade de votos e sem quaisquer reservas ou restrições, aprovaram: (i) a prorrogação da Fiança prestada pela Companhia em favor dos Debenturistas, para assegurar o integral cumprimento das Obrigações Garantidas, nos termos da Escritura de Emissão, considerando as Modificações das Características das Debêntures aprovadas pelos Debenturistas em Assembleia Geral convocada e realizada nesta data; (ii) a prorrogação da Alienação Fiduciária de Ações outorgada pela Companhia em favor dos Debenturistas, para assegurar o integral cumprimento das Obrigações Garantidas, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, considerando as Modificações das Características das Debêntures aprovadas pelos Debenturistas em Assembleia Geral convocada e realizada para este fim nesta data; (iii) a celebração do Aditamento à Escritura de Emissão e Aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária de Ações; e (iv) que a Diretoria da Companhia pratique todas as demais medidas necessárias para o fiel cumprimento das deliberações constantes nesta ata. Encerramento da ata: Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos, lavrando-se a presente ata, a qual foi lida e aprovada por unanimidade pelos presentes, sem reservas ou ressalvas, e assinada por todos. São Paulo, 27 de setembro de 2016. Mesa: Newton Sergio de Souza, <i>Presidente;</i> Mariana Deperon Grimaldi de Oliveira, <i>Secretária.</i> Conselheiros: Newton Sergio de Souza, Daniel Bezerra Villar, André Amaro da Silveira, Jorge Henrique Simões Barata, Marcela Aparecida Drehmer Andrade, Carlos Antonio Vieira Fernandes, Edilo Ricardo Valadares, Flavio Eduardo Arakaki e João Cox Neto. Certifico e dou fé que esta ata é uma cópia fiel da ata lavrada no livro próprio. São Paulo/SP, 27 de setembro de 2016. Mariana Deperon Grimaldi de Oliveira, <i>Secretária</i>. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 440.329/16-4, em 07/10/2016. <i>Flávia R. Britto Gonçalves, Secretária-Geral.</i></p>	

Fundação Zerbini	
CNPJ: 50.644.053/0001-13	
Aviso de Licitação	
<p>A Fundação Zerbini torna público os processos abaixo, para a Unidade do Instituto do Coração – InCor-HCFMUSP, a saber: Processo: 2316/16-PP 09/17 para aquisição de Carros de Medicação Beira Leito que será realizado em 20/04/2017 às 09:30 hrs. Processo: 2048/16-PP 024/16 para aquisição de Corador de Lâminas que será realizado em 30/03/2017 às 09:30 hrs. Processo: 2245/16-PP 003/17 para aquisição de Cestos de Lixo- Resíduo Comum 25L que será realizado em 31/03/2017 às 09:30 hrs. Processo: 2239/16-PP 001/17 para aquisição de Cutter Vertical que será realizado em 28/03/2017 às 09:30 hrs. Os editais poderão ser obtidos na íntegra no site: www.zerbini.org.br. São Paulo, 06 de Março de 2017. Valmir Oliveira e Rafael Miranda.</p>	